

ÍNDICE

Proposta do Gabinete da Presidência	6
Introdução	8
Enquadramento legal	10
Caracterização da Entidade	13
Identificação	14
Número de Eleitores	14
Legislação	15
Estrutura	15
Estrutura Política	15
Estrutura Organizacional	16
Serviços de Assessoria	17
Serviço de Apoio	17
Serviços Operativos	17
Recursos Humanos	18
Identificação dos Membros do Executivo	18
Organização Contabilística	18
Informações Consideradas Relevantes	19
Contratos de Empreitada e Fornecimento	19
Indicadores de Gestão	19
Outras Informações	20
Ações Inspetivas	20
Documentos de Gestão	20
Enquadramento da Economia Portuguesa	21
Economia Portuguesa	23
Projeções para a Economia Portuguesa: 2013-2014	28
Execução dos Documentos Previsionais	30
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	31
Receitas	33
Receitas Correntes	33
Receitas de Capital	34
Despesa	34
Despesas Correntes	34
Despesas de Capital	34
Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	34

Ótica Orçamental	35
Demonstrações Financeiras	35
Plano Plurianual de Investimentos	36
Investimentos por Sectores Estruturais	37
Transferências Recebidas	39
Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital	39
Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial	40
Evolução do Investimento Realizado	43
Plano de Atividades Municipais (PAM)	44
Despesas por Sectores Estruturais	44
Grandes Opções do Plano (PPI+PAM)	45
Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano	45
Orçamento	46
Resumo da Execução Orçamental	46
Orçamento da Receita	46
Receitas Correntes	47
Receitas de Capital	49
Análise Global da Receita	50
Evolução da Receita 2007/2011	51
Evolução da Receita em Percentagem	52
Evolução da Receita – Variações Anuais	52
Evolução da Execução Orçamental da Receita	53
Orçamento da Despesa	54
Despesas Correntes	54
Despesas de Capital	55
Análise Global da Despesa	57
Evolução da Despesa 2007/2011	57
Evolução da Despesa em Percentagem	58
Evolução da Despesa – Variações Anuais	59
Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos por Faturar	59
Fluxos de Caixa	60
Movimentos de Tesouraria	61
Indicadores Orçamentais	62
Modificações Orçamentais	64
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	64
Modificações ao Plano de Atividades	65
Modificações ao Orçamento da Receita	65

Modificações ao Orçamento da Despesa	66
Ótica Patrimonial	66
Demonstrações Financeiras	66
Balanço	67
Análise do Balanço no Último Triénio	68
Imobilizado	72
Disponibilidades (Orçamentais)	74
Demonstração de Resultados (Por Natureza)	74
Resultados Operacionais	75
Resultados Financeiros	76
Resultados Extraordinários	77
Resultado Líquido do Exercício	77
Indicadores de Gestão Patrimoniais	78
Dívidas de Terceiros	82
Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca)	83
Dívidas com Empréstimos Bancários	84
Cálculo do Limite Legal de Endividamento	86
Atividades Desenvolvidas	88
Apoio Jurídico	88
Serviço Municipal de Proteção Civil	89
Serviço de Informática	90
Gabinete de Informação	91
DAF – Divisão Administrativa e Financeira	92
DPD – Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	108
Serviço Técnico de Obras e Serviços Urbanos	115
Serviço de Administração Urbanística	118
DSC – Divisão Sócio-Cultural	120
Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento do Exercício	133
Proposta de Aplicação dos Resultados	133

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ATINENTES AO EXERCÍCIO DE 2012

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal

Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Em ordem ao preceituado no n.º 1, do artigo 47.º da Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 02/2007 de 15 de Janeiro, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea e), do n.º 2, do artigo 64.º, e alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, ambos, artigos, do regime jurídico das competências e funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (LAL), aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Redondo os documentos de prestação de contas atinentes ao exercício económico-financeiro do ano de 2012, a serem remetidos ao julgamento do Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, próximo, em cumprimento do estatuído no artigo 51.º, da sobre referida LFL, organizados e documentados de acordo com resolução do mesmo tribunal.

No cumprimento deste preceito legal, o presente conjunto de documentos apresentados incluem a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. Por isso, subjacente à sua elaboração está o propósito de informar, possibilitando, assim, uma adequada avaliação da eficácia da aplicação dos dinheiros públicos em prol da estratégia de desenvolvimento concelhio.

Mais do que efetuar uma análise da documentação em que se assentam as contas do Município no ano civil transato, esta nota pretende formular uma breve síntese da atividade desenvolvida, destacando os projetos e as ações mais relevantes.

Devo salientar também que, malgrado as dificuldades inerentes a um enquadramento de referência francamente desfavorável, a verdade é que, e à semelhança do que vem acontecendo, a Câmara Municipal de Redondo lançou novas obras e preparou concursos públicos para outras, o que demonstra um ainda maior rigor na programação e no planeamento financeiro da gestão desta Autarquia Local – fruto do acerto do trabalho desenvolvido, da sua eficácia e da sua eficiência.

Temos que ter presente que o ano de 2012 foi pautado por uma racionalização dos custos, tendo sido avaliados os diversos custos de funcionamento e adotadas as concomitantes soluções a por em prática, bem assim, foram avaliados os resultados obtidos, atento o princípio da economia das operações.

Devo também referir que em 2012, atentos às dificuldades com que o país se depara, demos uma atenção redobrada as linhas estratégicas como a Solidariedade e Ação Social, Desenvolvimento Económico Sustentável, Qualidade de Vida e Cooperação com a Sociedade Civil.

Contámos com a nossa capacidade de investimento para cumprir o princípio da gestão rigorosa, transparente e realista sem comprometer o futuro, no que respeita às responsabilidades sociais e à imagem de confiança e credibilidade que caracteriza o Município de Redondo. Por isso orgulhamo-nos de todo o trabalho desenvolvido.

Neste sentido, no momento em que, através do presente relatório, apraz reconhecer e enaltecer o trabalho de uma equipa – que integra, na linha da frente, todos os funcionários municipais – e em equipa, com otimismo, confiança e rigor.

Redondo, 05 de Abril de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

Alfredo Falamino Barroso

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2012, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos munícipes do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro).

Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”.

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2012 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.

O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2012, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2012 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

a) A situação económica relativa ao exercício – analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;

- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia – considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos – de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica. É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2012, conforme o preceituado na alínea e) n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações subsequentes impostas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro³.

FOCAL:

1 - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in FOCAL)

2 - Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 - Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do nº2 do artigo 53º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º04/2001 – 2.ª Secção⁵ – Tribunal de Contas, de 12 Julho de 2001.

Documentos de prestação de contas

1. Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
2. Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
3. Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção

Instruções Nº 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções.

Quadro - I
Do Regime Completo

Documentos de Prestação de Contas		Fundamentação Legal		A enviar		
		POCAL	TC	CCDR	TC	INE
		Número	Número			
Balanço		5	1	X	X	X
Demonstração de Resultados		6	2	X	X	X
Mapas de Execução Orçamental	Mapa de controlo orçamental – Despesa	7.3.1	6	X	X	X
	Mapa de controlo orçamental – Receita	7.3.2	7	X	X	X
	Mapa de execução anual do PPI	7.4	8	X	X	
	Mapa dos Fluxos de Caixa	7.5	9	X	X	X
	Mapa das contas de ordem	7.5	10	X	X	X
	Mapa de operações de tesouraria	7.6	11	X	X	X
	Caracterização da entidade (a)	8.1	12		X	
	Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a)	8.2	13		X	
	-Quadro discriminativo do activo bruto	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das amortizações e provisões	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das reavaliações (b)	8.2.11			X	
	-Quadro discriminativo das contas de ordem	8.2.26			X	
	-Quadro discriminativo das provisões acumuladas b)	8.2.27			X	
	-Quadro discriminativo do cmvmc (a)	8.2.29			X	
	-Quadro discriminativo da variação da produção(a)	8.2.30			X	
	-Quadro discriminativo dos resultados financeiros	8.2.31			X	
	-Quadro discriminativo dos resultados extraordinários	8.2.32			X	
	Anexo às Demonstrações Financeiras	Mapa das modificações ao orçamento - Receita	8.3.1.1	14		X
Mapa das modificações ao orçamento - Despesa		8.3.1.2	15		X	
Mapa das modificações ao PPI		8.3.2	16		X	
Mapa da contratação administrativa - situação dos contratos		8.3.3	17	X	X	X
Mapa das transferências correntes - Despesa		8.3.4.1	18		X	
Mapa das transferências de capital – Despesa (b)		8.3.4.2	19		X	
Mapa dos subsídios concedidos (b)		8.3.4.3	20		X	
Mapa das transferências correntes - Receita		8.3.4.4	21		X	
Mapa das transferências de capital - Receita		8.3.4.5	22		X	
Mapa dos subsídios obtidos (b)		8.3.4.6	23		X	
Mapa dos activos de rendimento fixo (a)		8.3.5.1	24		X	
Mapa dos activos de rendimento variável (a)		8.3.5.2	25		X	
Mapa dos empréstimos		8.3.6.1	26	X	X	X
Mapa de outras dividas a terceiros	8.3.6.2	27				
Relatório de Gestão (c)		13	28	X	X	X

As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

Quadro - II
Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

Outros documentos a elaborar	Fundamentação Legal		A enviar
	POCAL	TC	Tribunal de
	Número	Número	Contas
Guia de remessa (d)		29	X
Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta (d)		30	X
Norma de controlo interno e suas alterações (d)	2.9.9	31	X
Mapa resumo do diário de tesouraria (d)	12.2.9	32	
Mapa síntese das reconciliações bancárias (d)		33	
Mapa de fundo de maneo (d)		34	
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d)		35	
Relação de acumulação de funções (d)		36	
Relação nominal de responsáveis (d)		37	X
<p>a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;</p> <p>b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2011;</p> <p>c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;</p> <p>d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;</p>			

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2012. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o art.º 238/1 da Constituição da Republica Portuguesa – CRP. O regime das finanças locais em vigor foi aprovado pela Lei n.º 28/2007, de 15 de Janeiro, diploma que revogou do disposto do seu art.º 64/1 a lei n.º42/98 de Agosto.

As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património, as cobradas pela utilização/prestação dos seus serviços, os impostos que legalmente lhes são consignados, para além daquelas que são transferidas diretamente do Orçamento de Estado e ainda a comparticipada dos projetos candidatados a fundos comunitários ou provenientes de contratos-programa celebrados com o Estado.

O concelho está servido das chamadas necessidades básicas, o saneamento (abastecimento público de água, esgotos e recolha de resíduos) e eletricidade na ordem dos 96%.

Também no que concerne às vias de comunicação, graças aos investimentos entretanto realizados, é possível afirmar que correspondem às necessidades essenciais da população, encontrando-se em bom estado de conservação.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Praça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 75113 Administração Local

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que corresponde a 5% do distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Deste concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os sectores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados é de 6.252 (Fonte: Listagem publicada pelo STAPE na II Série do Diário da República, mapa n.º5/2011, de 24/02/2011), de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, até aos 10.000 eleitores.

LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da República Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes.

Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Município.

ESTRUTURA

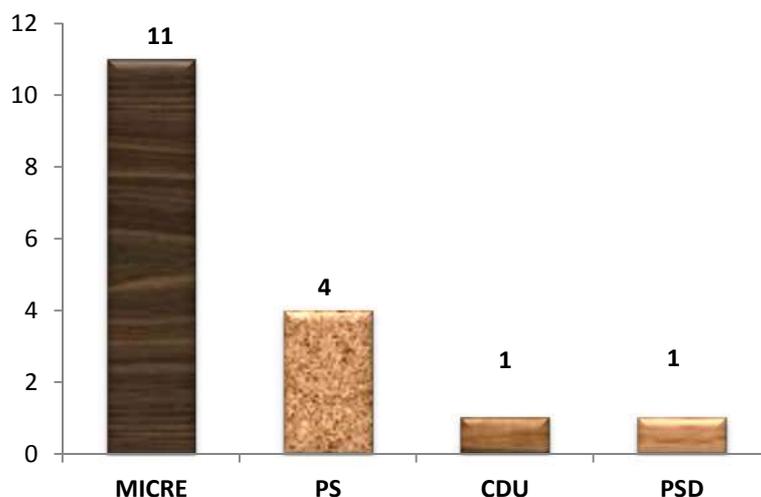
O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade Municipal.

ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

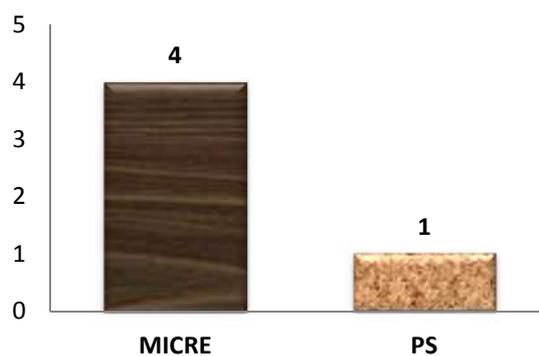
A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta das Freguesias.

Gráfico – I



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores – a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico – II



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.

SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte:

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas:

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)

RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 11 de Outubro de 2009, no período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012:

Presidente:

- Alfredo Falamino Barroso

Vereadores:

- António José Rega Matos Recto
- Domingos Ricardo Lino Carvalho Freixial
- José Manuel Mendes Portel
- Maria Inácia Pulido Cachopas

NÚMERO DE VEREADORES (Período de 01/01/2012 a 31/12/2012)

O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (António José Rega Matos Recto e José Manuel Mendes Portel). Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas e POCAL, SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação de POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

CONTRATOS DE EMPREITADA E FORNECIMENTO

Mandato de 2009/2013:

O limite para a realização de obras por administração direta é de 750.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 27/10/2009 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 10/12/2009.

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

FEF atribuído ao Município 2012	4.258.844,00 €
Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	6.125.795,00 €
Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação	3.488.104,00 €
Despesas com Pessoal (2012)	3.832.389,00€
Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho	1.838.454,00€
Pessoal em qualquer outra situação	139.535,00€
Órgãos autárquicos	83.291,00€

Outras	1.771.109,00 €
Limite de Endividamento com Empréstimos de Curto Prazo	501.809,51 €
Dívida de Empréstimos de Curto Prazo:	0,00 €
Limite de Endividamento com Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	6.272.618,90 €
Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	572.968,83 €
Limite de Endividamento Líquido:	6.774.428,41 €
Endividamento Líquido (não considerando as entidades participadas a relevar nos termos da Lei das Finanças Locais):	0,00 €
Dívidas a receber de terceiros (2012)	1.121.085,00 €
Dívida da Câmara (31/12/2012)	287.026,61€

OUTRAS INFORMAÇÕES

ACÇÕES INSPECTIVAS

Foi inspeccionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL - Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2012 foram aprovados pelo órgão executivo em 30/11/2011 e pelo órgão deliberativo em 12/12/2011.

ENQUADRAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Na reunião de 7 de março, o **Conselho do Banco Central Europeu** (BCE) decidiu manter em 0.75 por cento a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e entre 0.00 e 1.50 por cento as taxas da facilidade permanente de absorção e de cedência de liquidez, respetivamente. Tal como antecipado, a inflação voltou a descer, situando-se em fevereiro abaixo de 2 por cento. As pressões inflacionistas deverão permanecer contidas no horizonte relevante para a política monetária. O ritmo subjacente da expansão monetária mantém-se moderado. As expectativas de inflação continuam firmemente ancoradas de acordo com o objetivo de manter a inflação abaixo, mas próximo, de 2 por cento no médio prazo. Segundo o Conselho, este quadro, em geral, permite continuar o grau acomodatório da política monetária. A informação disponível sugere que a fraqueza da atividade económica na área do euro manteve-se no início do ano, embora se tenham confirmado alguns sinais de estabilização em níveis baixos. Adicionalmente, o necessário processo de ajustamento de balanço nos setores público e privado deverá continuar a pesar nas perspetivas económicas. A atividade económica deverá recuperar gradualmente no final de 2013, beneficiando do fortalecimento da procura global e da política monetária acomodatória. A fim de apoiar a confiança, o Conselho considera essencial que os governos continuem com a implementação das reformas estruturais, com os esforços de consolidação orçamental e com a re-estruturação do sistema financeiro.

As **taxas de juro do mercado monetário do euro** voltaram a descer ao longo do mês de fevereiro. A comparação entre final de fevereiro e de janeiro mostra uma redução crescente com a maturidade (-2 pontos base (p.b.) para os 3 meses, -4 p.b. para os 6 meses e -6 p.b. para os 12 meses). No dia 18 de março, as taxas de juro Euribor situavam-se em 0.12 por cento no prazo de 1 mês, 0.20 por cento para os 3 meses, 0.33 por cento para os 6 meses e 0.54 por cento para os 12 meses.

A taxa de câmbio efetiva nominal do **euro** depreciou-se ao longo de fevereiro. Entre o final de janeiro e 18 de março, o euro depreciou-se 2.1 por cento em termos nominais efetivos. Esta evolução reflete depreciações, no mesmo período, de 4.6 por cento face

ao dólar norte-americano, 1 por cento face ao franco suíço, 0.4 por cento face ao iene e 0.1 por cento face à libra esterlina.

Em fevereiro, o **preço internacional do petróleo** diminuiu. No dia 18 de março, o preço do barril de Brent situava-se em 110 dólares por barril, o que representa uma queda de 4.3 por cento face ao final de janeiro (em euros, correspondeu a uma subida de 0.3 por cento).

Em janeiro, a taxa de variação homóloga do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** da área do euro foi 2.0 por cento (2.2 por cento em dezembro). A diminuição refletiu uma desaceleração dos preços da generalidade dos componentes, à exceção dos alimentares não transformados. Em fevereiro, a taxa de variação homóloga do IHPC da área do euro diminuiu para 1.8 por cento. Todas as componentes do IHPC registaram uma queda ou mantiveram-se inalteradas face a janeiro. É de realçar a queda significativa (1.3 pontos percentuais (p.p.) para 3.5 por cento) da taxa de variação homóloga dos alimentares não transformados, que contrasta com a evolução de janeiro.

A segunda estimativa do Eurostat confirmou a queda do **Produto Interno Bruto (PIB)** na área do euro no quarto trimestre de 2012 de 0.6 por cento em cadeia e de 0.9 por cento em termos homólogos. Esta evolução refletiu essencialmente a queda na procura interna, cujo contributo (excluindo variação de existências) para a taxa de variação em cadeia do PIB foi de -0.5 p.p. Todas as componentes apresentaram uma queda, tendo a taxa de variação em cadeia do consumo privado sido de -0.4 por cento e a da formação bruta de capital fixo de -1.1 por cento (-0.1 e -0.8 por cento do terceiro trimestre).

De acordo com as **projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do BCE**¹ divulgadas em março, a taxa de variação anual do PIB real deverá situar-se entre -0.9 e -0.1 por cento em 2013 e entre 0.0 e 2.0 por cento em 2014, depois de se ter observado uma contração de 0.5 por cento em 2012 (Anexo 1). As projeções apresentam uma revisão em baixa face ao exercício divulgado em dezembro de 2012. A revisão reflete principalmente um efeito de *carry-over* adverso devido à contração registada no quarto trimestre de 2012, enquanto que a trajetória de recuperação se manteve praticamente inalterada.

Em relação à inflação na área do euro, as projeções apontam para uma inflação média anual medida pelo IHPC entre 1.2 e 2.0 por cento em 2013 e de 0.6 a 2.0 por cento em 2014, após se ter fixado em 2.5 por cento em 2012. Os intervalos de projeção mantiveram-se praticamente inalterados face ao exercício divulgado em dezembro de 2012.

ECONOMIA PORTUGUESA

De acordo com as **Contas Nacionais Trimestrais**, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB diminuiu 3.8 por cento em volume no quarto trimestre de 2012, face ao período homólogo, após uma variação de -3.5 por cento no terceiro trimestre. A procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB (-4.8 p.p. no quarto trimestre, após -7.4 p.p. no trimestre anterior) enquanto o contributo da procura externa líquida diminuiu (3.9 e 1.0 p.p. no terceiro e quarto trimestres, respetivamente). A diminuição do contributo da procura externa líquida resultou de uma desaceleração das exportações que ocorreu em simultâneo com uma menor queda das importações. No que se refere à procura interna, quer o consumo privado quer a FBCF apresentaram uma redução menos acentuada no quarto trimestre (-5.3 e -13.2 por cento, respetivamente) enquanto o consumo público registou uma queda semelhante à observada no trimestre anterior (-4.7 por cento). Refira-se também o significativo contributo da variação de existências para a variação homóloga do PIB, que se situou em 1.8 p.p. no quarto trimestre, após um contributo nulo no trimestre anterior.

Em fevereiro de 2013, quer o **indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial da atividade económica** quer o **indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial do consumo privado** calculados pelo Banco de Portugal registaram uma melhoria relativamente ao mês anterior².

Relativamente ao **consumo privado**, no trimestre terminado em janeiro de 2013, o índice de volume de negócios no comércio a retalho³, divulgado pelo INE, diminuiu

¹ As hipóteses técnicas para taxas de juro, taxas de câmbio e preços do petróleo e de matérias-primas não energéticas subjacentes a estas projeções têm por base informação até 14 de fevereiro de 2013.

² As metodologias destes indicadores podem ser consultadas em: "Um novo indicador coincidente para a economia portuguesa", Boletim Económico Junho 2004 e "Um novo indicador coincidente para o consumo privado em Portugal", Boletim Económico Outono 2005. Importa salientar que os indicadores coincidentes mensais calculados pelo Banco de Portugal, por definição, não têm componente irregular pelo que apresentam um perfil alisado e portanto não se destinam a captar em cada momento do tempo a evolução da taxa de variação homóloga da respetiva variável de referência.

³ Não considera as vendas de veículos automóveis e motociclos.

6.3 por cento em termos reais, após uma variação de -6.8 por cento no quarto trimestre de 2012. No trimestre terminado em fevereiro de 2013, as vendas de veículos ligeiros de passageiros, incluindo veículos todo-o-terreno, caíram 16.9 por cento, em termos homólogos (-30.3 por cento no quarto trimestre de 2012).

Relativamente à **formação bruta de capital fixo**, no trimestre terminado em fevereiro de 2013, as vendas de veículos comerciais ligeiros diminuíram 46.7 por cento, em termos homólogos (-52.5 por cento no quarto trimestre de 2012), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma queda de 1.0 por cento (14.2 por cento no último trimestre de 2012). No mesmo período, as vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno diminuíram 36.7 por cento, em termos homólogos (-29.1 por cento no quarto trimestre de 2012).

De acordo com os **Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia**, no trimestre terminado em fevereiro de 2013, todos os indicadores de confiança registaram uma melhoria face ao último trimestre de 2012.

De acordo com informação relativa ao **comércio internacional de mercadorias**, divulgada pelo INE, em janeiro, as exportações nominais registaram um aumento de 5.6 por cento, em termos homólogos, enquanto as importações registaram uma queda de 6.9 por cento. No mesmo período, excluindo combustíveis, as exportações registaram um crescimento de 4.1 por cento e as importações uma queda de 3.8 por cento.

Relativamente ao **comércio internacional de serviços**, em janeiro de 2013, as exportações aumentaram 6.0 por cento enquanto as importações diminuíram 5.5 por cento, em termos homólogos.

Em fevereiro de 2013, a taxa de variação homóloga do **IHPC** diminuiu 0.2 p.p. em relação ao mês anterior, situando-se em 0.2 por cento, enquanto a taxa de variação média anual diminuiu 0.2 p.p. para 2.3 por cento. A desaceleração observada em fevereiro foi visível quer nos preços dos bens (de -0.4 para -0.6 por cento), com particular destaque para os bens alimentares não transformados, quer nos preços dos

serviços (de 1.7 para 1.3 por cento). No mesmo período, a taxa de variação homóloga do **IPC** também diminuiu 0.2 p.p. em relação ao mês anterior, situando-se em 0.0 por cento, enquanto a taxa de variação média anual diminuiu 0.3 p.p. para 2.2 por cento.

Em janeiro de 2013, o saldo conjunto das **balanças corrente e de capital** aumentou €740.9 milhões face a janeiro de 2012, situando-se em €50.9 milhões. Esta evolução refletiu a redução do défice da balança corrente (em €1075.3 milhões) uma vez que se registou uma diminuição do excedente da balança de capital (em €334.4 milhões). A contração do défice da balança corrente resultou sobretudo, da redução do défice da balança de bens mas também, de um aumento do excedente da balança de serviços e transferências correntes e da redução do défice da balança de rendimentos.

De acordo com a **Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento de janeiro de 2013**, a **receita fiscal do Estado** aumentou 2.4 por cento no primeiro mês do ano. Este crescimento reflete essencialmente a evolução da coleta de impostos diretos (12.5 por cento face a janeiro de 2012), uma vez que a receita de impostos indiretos diminuiu face ao mês homólogo (-3.8 por cento). No que se refere à tributação direta, a evolução positiva decorre dos aumentos registados quer no que respeita à coleta de IRS (8.4 por cento), quer de IRC (54.9 por cento). Note-se que a cobrança de IRS de janeiro não incorpora o impacto da atualização das tabelas de retenção decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2013. No caso do IRC, o aumento observado decorre, por um lado, de um aumento das retenções na fonte de rendimentos de capital em dezembro de 2012 e, por outro lado, de uma queda acentuados reembolsos deste imposto. Quanto aos impostos indiretos, é de destacar a redução homóloga de 4.0 por cento registada em janeiro pela receita do IVA, parcialmente decorrente de um aumento dos reembolsos em sede deste imposto, bem como a manutenção da acentuada tendência de queda da cobrança do Imposto sobre Veículos (-51.5 por cento, face a janeiro do ano transato).

A **despesa corrente primária do Estado** cresceu 19.4 por cento em janeiro de 2013 relativamente ao primeiro mês de 2012, refletindo os aumentos registados pelas principais rubricas que a compõem. Em particular, é de referir o crescimento da rubrica relativa às transferências correntes para a União Europeia (301.3 por cento), justificado pela antecipação para janeiro da contribuição mensal para o orçamento comunitário (habitualmente realizada em fevereiro). A evolução das

despesas com pessoal deu igualmente um contributo não despreciando, tendo aumentado 4.1 por cento face a janeiro de 2012. O crescimento desta rubrica reflete em larga medida o aumento dos encargos com a segurança social (28.8 por cento). O pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos funcionários públicos terá tido um impacto positivo na despesa com remunerações certas e permanentes de janeiro, mas, ainda assim, esta rubrica registou uma ligeira redução (-0.5 por cento) relativamente ao primeiro mês de 2012.

Em janeiro de 2013, o **défice do Estado** em contabilidade pública cifrou-se em €737 milhões, o que compara com €418 milhões, valor apurado no mesmo mês do ano anterior.

Ainda com base na informação contida na referida Síntese da Execução Orçamental, a receita das contribuições para o **Regime Geral da Segurança Social** registou em janeiro uma redução homóloga de 2.5 por cento. A despesa com pensões aumentou 2.3 por cento, em particular por via da despesa com pensões de velhice, que cresceu 2.6 por cento. A despesa com subsídios de desemprego e apoio ao emprego apresentou um aumento de 33.2 por cento, enquanto os montantes referentes ao subsídio familiar a crianças e jovens e com o subsídio por doença cresceram, respetivamente, 10.1 e 7.2 por cento. Por seu turno, em janeiro, os montantes despendidos com o complemento solidário para idosos, o rendimento social de inserção e a ação social diminuíram face ao primeiro mês do ano anterior (-2.2, -17.2 e -0.5 por cento, respetivamente). A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da **Caixa Geral de Aposentações** registou um aumento de 3.4 por cento em janeiro de 2013.

Em janeiro, a taxa de variação anual do **crédito total ao setor privado não financeiro residente concedido por entidades residentes e não residentes** manteve-se inalterada em -2.4 por cento⁴.

Esta evolução tem subjacente uma virtual estabilização das taxas de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras (que se situou em -0.7 por cento) e do crédito total a particulares (que se situou em -4.4 por cento).

⁴ Taxas de variação anual dos saldos em fim de período, numa ótica consolidada, i.e., excluindo operações entre entidades do mesmo setor institucional. São incluídos empréstimos concedidos, títulos emitidos e créditos comerciais. As séries encontram-se ajustadas de operações de titularização, reclassificações, abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito, bem como de outras operações de montante significativo sem impacto no efetivo financiamento das sociedades não financeiras.

Relativamente ao **crédito a sociedades não financeiras**, a estabilização tem subjacente, por um lado, uma redução da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras privadas (de -1.1 para -1.3 por cento) e, por outro, um aumento da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas, de -0.1 para 4.0 por cento⁵. A estabilização do crédito total a particulares foi observada quer na taxa de variação anual do crédito total para aquisição de habitação (em -3.6 por cento), quer na taxa de variação anual do crédito total para consumo e outros fins (em -6.3 por cento).

Em janeiro, a taxa de variação anual dos **empréstimos concedidos ao setor não monetário residente**

(excluindo administrações públicas) por bancos residentes situou-se em -4.4 por cento, após -4.5 por cento no mês anterior⁶. Esta evolução tem subjacente, por um lado, uma diminuição da taxa de variação anual dos empréstimos a instituições financeiras não monetárias (de -12.9 para -15.2 por cento) e, por outro, um aumento da taxa de variação anual dos empréstimos concedidos ao setor privado não financeiro (de -4.2 para -4.0 por cento).

A evolução dos **empréstimos concedidos ao setor privado não financeiro residente por bancos residentes** reflete sobretudo o aumento da taxa de variação anual dos empréstimos a sociedades não financeiras (de -3.9 para -3.4 por cento). No que se refere aos empréstimos a particulares observou-se uma estabilização da taxa de variação anual, a qual se manteve em -4.4 por cento. Esta estabilização foi observada quer nos empréstimos para aquisição de habitação, quer nos empréstimos para consumo e outros fins, cujas taxas de variação anual se situaram em -3.7 por cento e -7.7 por cento, respetivamente.

Em janeiro, a taxa de variação em termos homólogos dos **depósitos bancários do setor privado não monetário em bancos residentes** registou uma diminuição de 1.3 p.p face ao mês anterior, situando-se em -4.7 por cento⁷. Por sua vez, a taxa de variação dos

5 As sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas estão incluídas no agregado estatístico das sociedades não financeiras e, por conseguinte, no agregado estatístico do setor privado não financeiro.

6 As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos a residentes concedidos por bancos residentes, em fim de mês, ajustados de operações de titularização e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são adicionalmente ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito, bem como de outras operações de montante significativo sem impacto no efetivo financiamento das sociedades não financeiras.

7 Inclui depósitos de residentes e de não residentes e exclui depósitos e equiparados com prazo acordado superior a 2 anos de outros intermediários financeiros e auxiliares financeiros residentes.

depósitos de particulares em bancos residentes diminuiu face ao valor nulo observado em dezembro, situando-se em -0.7 por cento.

Em janeiro, as **taxas de juro médias sobre saldos** de operações ativas mantiveram o perfil de descida registado desde o início de 2012⁸. A taxa de juro sobre o saldo dos empréstimos a sociedades não financeiras fixou-se em 4.49 por cento, após 4.52 por cento no mês anterior. Por sua vez, a taxa de juro sobre o saldo dos empréstimos a particulares para aquisição de habitação diminuiu 6 p.b., para 1.53 por cento, enquanto a taxa de juro sobre o saldo dos empréstimos a particulares para consumo e outros fins se situou em 8.31 por cento, após 8.32 por cento no mês anterior. No que diz respeito às operações passivas, a taxa de juro sobre saldos de depósitos e equiparados com prazo até 2 anos diminuiu 8 p.b. para 2.79 por cento. Por sua vez, a taxa de juro relativa aos depósitos com prazo superior a 2 anos registou uma virtual estabilização, situando-se em 3.03 por cento.

No final de fevereiro, a **taxa de rendibilidade das obrigações do Tesouro** com maturidade residual de 10 anos aumentou 17 p.b. face ao nível observado no final do mês anterior, situando-se em 6.36 por cento. No mesmo período, o diferencial face à taxa de rendibilidade das obrigações alemãs de maturidade comparável aumentou para 491 p.b.. No decurso de março, a taxa de rendibilidade da dívida pública portuguesa registou nova descida, situando-se em 6.15 por cento no dia 19 deste mês.

Em fevereiro, o **índice PSI Geral** registou uma desvalorização de 2.9 por cento, em valores de fim de período, mais acentuada que a queda de 0.8 por cento do índice *Dow Jones Euro Stoxx*. Entre o final de fevereiro e o dia 19 de março, o índice bolsista português registou uma valorização de 1.0 por cento.

⁸ As taxas de juro são calculadas como médias de taxas de juro sobre saldos de empréstimos e depósitos de instituições financeiras monetárias (IFM) denominados em euros, face a residentes da área do euro, para cada setor e/ou finalidade, em cada classe de prazo contratual, ponderadas pelos respetivos montantes em dívida em final de mês.

PROJECCÕES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA, 2013-2014

A atual projeção para a economia portuguesa aponta para uma contração da atividade económica de 2.3 por cento em 2013 (-3.2 por cento em 2012). Esta contração tem subjacente uma forte queda da procura interna, num contexto de redução das perspetivas de rendimento permanente. As exportações deverão registar um abrandamento em 2013, se bem que mantendo um crescimento positivo não obstante as perspetivas de queda da procura externa. O ano será marcado por pressões inflacionistas muito reduzidas, quer internas, quer externas, o que se traduzirá num crescimento dos preços no consumidor ligeiramente inferior a 1 por cento.

Esta projeção apenas considera as medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013 (OE2013), dada a ausência de medidas adicionais especificadas com detalhe, em especial para 2014. Neste quadro, projeta-se uma estabilização da procura interna em 2014, depois da forte queda nos anos anteriores. Esta evolução deverá ser acompanhada por uma aceleração das exportações, dado que se admite uma recuperação da atividade económica nos principais mercados de destino das exportações portuguesas. Assim, projeta-se um crescimento da atividade económica de 1.1 por cento em 2014. À semelhança de 2013, as pressões inflacionistas deverão manter-se globalmente reduzidas e a taxa de inflação deverá voltar a situar-se em níveis baixos.

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o qual implica um impacto recessivo com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental. No setor privado, a atual projeção é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do sector bancário. Nas atuais projeções, a economia portuguesa reforça a sua capacidade de financiamento face ao resto do mundo nos próximos dois anos, após ter interrompido em 2012 uma sucessão de défices externos muito elevados registados durante um período prolongado.

Os riscos em torno da projeção são globalmente descendentes para a atividade económica, sendo especialmente marcados em 2014. Estes riscos resultam da

recuperação da procura externa poder ser inferior à assumida, bem como da adoção de medidas de consolidação adicionais necessárias para o cumprimento dos objetivos orçamentais inscritos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Por outro lado, existe a possibilidade de ganhos adicionais de quotas de mercado das exportações, em linha com o observado nos últimos anos. A “Caixa *Um cenário com pressupostos orçamentais alternativos*”, apresenta um cenário com medidas adicionais de política orçamental, tendo em conta a intenção do governo português de adotar um programa abrangente de redução da despesa pública. Esta caixa apresenta ainda uma análise de sensibilidade deste cenário à evolução das exportações.

A atual projeção apresenta uma queda do PIB em 2013 mais expressiva do que a publicada no *Boletim Económico de Inverno de 2012*. Esta revisão reflete a atualização da informação disponível, que traduz um enquadramento externo mais desfavorável e configura em geral um quadro mais recessivo do que fora projetado para o quarto trimestre de 2012, com implicações para o ano de 2013, sendo de destacar ainda assim uma acumulação não antevista de existências. Uma avaliação dos erros de projeção recentes do Banco de Portugal é desenvolvida no “Tema em Destaque *Avaliação dos erros de projeção do Banco de Portugal para a atividade económica no período 2009-2012*”.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	6.292.400,00	6.115.555,44	97.19	5.898.195,63	93.74
CAPITAL	5.484.575,87	3.168.250,17	57.77	3.167.916,17	57.76
OUTRAS	2.614.352,01	904,65	0.03	904,65	0.03
TOTAL	14.391.327,88	9.284.710,26	64.52	9.067.016,45	63.00

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	7.915.752,01	6.951.378,81	87.82	6.718.606,54	84.88
CAPITAL	6.475.575,87	2.386.609,25	36.86	2.016.074,86	31.13
TOTAL	14.391.327,88	9.337.988,06	64.89	8.734.680,40	60.69

SALDO DE TESOURARIA ORÇAMENTAL	DO ANO	ACUMULADO
RECEBIDA - PAGA	332.336,05	2.945.688,06

SALDO CONTABILISTICO	DO ANO	ACUMULADO
LIQUIDADADA - COMPROMETIDA	-53.277,80	2.560.074,21

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS	603.307,66
------------------------------------	------------

FACT. EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0	0	0

TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	56.856,48	521,45	57.377,61

TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO	VENCIDAS	A 30 DIAS	SUPERIOR
	56.856,48	521,13	0

EMPRESTIMOS OBTIDOS	SALDO INICAL	DEBITOS DO ANO	CREDITOS DO ANO	SALDO FINAL
A CURTO PRAZO	0	0	0	0
A LONGO E MEDIO PRAZO	823.680,04	250.711,21		572.968,83

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2012, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(TRIÊNIO 2010/2012)

Un: Euros

ANO	NATUREZA a)	RECEITAS			DESPEAS		
		Previstas b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Previstas b)	Pagas	Taxa exec.
1	2	3	4	5=(4/3*100)	6	7	8=(7/6*100)
2010	Saldo inicial	2 230 634	2 230 634	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	200	2 412	1205,93			
	Correntes	6 913 730	6 003 041	86,83	8 240 244	6 884 841	83,55
	Capital	9 253 960	5 458 330	58,98	10 158 280	3 009 041	29,62
	Total	18 398 524	13 694 417	74,43	18 398 524	9 893 882	53,78
2011	Saldo inicial	3 800 536	3 800 536	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	10 069	1006,94			
	Correntes	6 373 690	6 125 795	96,11	7 921 540	7 458 031	94,15
	Capital	6 900 986	3 623 086	52,50	9 154 672	3 488 104	38,10
	Total	17 076 212	13 559 487	79,41	17 076 212	10 946 135	64,10
2012	Saldo inicial	2 613 352	2 613 352	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	905	90,47			
	Correntes	6 292 400	5 898 196	93,74	7 915 752	6 718 606	84,88
	Capital	5 484 576	3 167 916	57,76	6 475 576	2 016 075	31,13
	Total	14 391 328	11 680 368	81,16	14 391 328	8 734 680	60,69
OBSERVAÇÕES:							
a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação económica.							
b) No orçamento final modificado.							
c) Receita cobrada bruta.							

RECEITAS

O total geral da receita liquidada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 9.284.710,26€ (64,5% de execução), dos quais 6.115.555,44€ correspondem a receitas correntes (65,9% do total da receita), 3.168.250,17€ correspondem a receitas de capital (34,1% do total da receita).

Quadro – V

**TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA
NO TRIÊNIO DE 2010/2012**

RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO		
	2010	2011	2012
Saldo inicial	100,0%	100,0%	100,0%
Reposições não Abat. aos Pag.tos	1205,9%	1006,9%	90,5%
Receita Corrente	86,8%	96,1%	93,7%
Receita de Capital	59,0%	52,5%	57,8%
Receita Total Disponível	74,4%	79,4%	81,2%

A execução orçamental da receita atingiu os 81,2%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 61,2% (3.607.425,77€), seguindo-se a venda de bens e serviços correntes com 14,3% (846.026,24€), os impostos diretos com 12,2% (721.593,81€) e os rendimentos de propriedade com 6,0%, (355.869,46€).

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 3.105.945,43€ correspondem a transferências de capital (98,0%) e 59.800,00€ correspondem a venda de bens de investimento (1,89%).

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 8.734.680,40€, dos quais 6.718.606,54€ são despesas correntes (76,9% do total da despesa) e 2.016.074,86€ são despesas de capital (23,1% do total da despesa).

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 57,0% (3.832.388,69€), seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 33,5% (2.251.000,96€).

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital 1.763.999,09€ (87,5%), correspondem a aquisição de bens de capital.

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de 331.932€ e um saldo de gerência de 2.945.688€, que transitará para a gerência seguinte.

ÓTICA ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A execução orçamental da despesa atingiu os 61%.

Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL - TRIÊNIO DE 2010/2012

RUBRICAS	VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução)			TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução)	
	2010	2011	2012	2010/2011	2011/2012
1 - Saldo inicial	2 230 634	3 800 536	2 613 352	70,38%	-31,24%
2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos	2 412	10 069	905	317,50%	-91,02%
3 - Receita Corrente	6 003 041	6 125 795	5 898 196	2,04%	-3,72%
4 - Despesa Corrente	6 884 841	7 458 031	6 718 606	8,33%	-9,91%
5 - Receita de Capital	5 458 330	3 623 086	3 167 916	-33,62%	-12,56%
6 - Despesa de Capital	3 009 041	3 488 104	2 016 075	15,92%	-42,20%
7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5)	13 694 417	13 559 487	11 680 368	-0,99%	-13,86%
8 - Despesa Total (4+6)	9 893 882	10 946 135	8 734 680	10,64%	-20,20%

Gráfico III



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2012 correspondeu ao quadriénio de 2012 a 2015 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2012, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subseqüentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2012 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2012.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito à administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito à educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global, revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 28,36% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem dos 1,8 milhões de euros, em 2011 o PPI teve uma execução de 3,4 milhões de euros.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

OBJ PROG	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANC ANUAL % (a)	EXEC. FINANC GLOBAL % (b)
		ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.241.392,39	600.000,00	1.841.392,39		199.093,92	199.093,92	16.04	10.81
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50.000,00		50.000,00					
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	130.000,00		130.000,00		22.606,82	22.606,82	17.39	17.39
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	41.000,00		41.000,00					
2.4.1.	HABITAÇÃO	524.000,00		524.000,00		223.985,32	223.985,32	42.75	42.75
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	99.000,00		99.000,00					
2.4.3.	SANEAMENTO	45.000,00		45.000,00		23.949,68	23.949,68	53.22	53.22
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	130.000,00		130.000,00		37.028,12	37.028,12	28.48	28.48
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	45.000,00		45.000,00		1.180,80	1.180,80	2.62	2.62
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	645.000,00		645.000,00		187.754,22	187.754,22	29.11	29.11
2.5.1.	CULTURA	315.000,00		315.000,00		30.156,64	30.156,64	9.57	9.57
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	269.000,00		269.000,00		92.256,83	92.256,83	34.30	34.30
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	41.000,00		41.000,00		1.364,56	1.364,56	3.33	3.33
3.1.1.	CAMINHOS AGRÍCOLAS	130.000,00		130.000,00		56.308,71	56.308,71	43.31	43.31
3.2.1.	INDÚSTRIA	742.000,00	10.000,00	752.000,00		132.775,04	132.775,04	17.89	17.66
3.2.2.	ENERGIA	90.000,00		90.000,00		2.963,32	2.963,32	3.29	3.29
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIÁRIOS	1.300.000,00		1.300.000,00		729.598,74	729.598,74	56.12	56.12
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	20.000,00		20.000,00					
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	96.683,48		96.683,48					
3.4.2.	TURISMO	210.000,00	200.000,00	410.000,00		13.049,43	13.049,43	6.21	3.18
4.2.1.	RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS	60.000,00		60.000,00		11.291,50	11.291,50	18.82	18.82
	TOTAL GERAL ...	6.224.075,87	810.000,00	7.034.075,87	0,00	1.765.363,65	1.765.363,65	28,36	25,1

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2010, 2011 e 2012:

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

INVESTIMENTOS		ANOS			10/11 D	11/12 D
Aquisição de bens de capital		2010	2011	2012	(%)	(%)
70101	TERRENOS	56.600	19.820	59.400	-64,98%	199,70%
70102	HABITAÇÕES	162.546	591.435	223.985	263,86%	-62,13%
70103	EDIFÍCIOS	1.298.726	1.275.756	174.317	-1,77%	-86,34%
70104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	115.592	86.447	171.563	-25,21%	98,46%
70106	MATERIAL DE TRANSPORTES	312.128	58.459	41.768	-81,27%	-28,55%
70107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	17.568	19.787	21.790	12,63%	10,12%
70108	SOFTWARE INFORMÁTICO	527	135.720	55.345	25669,3 7%	-59,22%
70109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.620	2.790	3.616	-22,92%	29,59%
70110	EQUIPAMENTO BÁSICO	58.542	351.089	18.445	499,72%	-94,75%
70111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	7.913	2.791	872	-64,73%	-68,77%
70112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	363	0	0	-	100,00%
70113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0	0	0	0,00%	0,00%
70115	OUTROS INVESTIMENTOS	42.537	24.271	300	-42,94%	-98,76%
70205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0,00%	0,00%
70207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	0	0	0	0,00%	0,00%
70301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0	0	0	0,00%	0,00%
70303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	905.807	866.600	992.597	-4,33%	14,54%
70305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	0	0	0	0,00%	0,00%
70306	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL DA RUBRICA		3.818.347	3.436.975	1.766.011		
VARIAÇÃO TOTAL (Euros)			-381.373	-1.670.963		
VARIAÇÃO TOTAL (%)			-10%	-49%		

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS**Quadro – IX**

(Valores em Euros)

TRANSFERÊNCIAS	TOTAL			Δ	Δ
	2010	2011	2012	10/11	11/12
Administrações públicas					
<i>Orçamento de Estado</i>					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro					
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	3.055.520,60 €	2.904.725,00 €	2.768.249,00	-4,94%	-4,70%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	1.645.354,00 €	1.564.083,00 €	1.490.595,00	-4,94%	-4,70%
Fundo Social Municipal	113.449,00 €	111.778,00 €	106.592,00	-1,47%	-4,64%
Participação Fixa no IRS	154.716,00 €	168.935,00 €	119.197,00	9,19%	-29,44%
Outros	70.507,04 €	63.017,04 €	215.808,01	-10,62%	242,46%
Estado-Particip. Comunitária proj. Co-Financiados	2.429.008,97 €	1.977.632,38 €	1.615.350,43	-18,58%	-18,32%
Serviços e fundos autónomos	277.401,66 €	228.300,79 €	170.069,13	-17,70%	-25,51%
Administração Local	234.875,19 €	25.766,67 €	81.235,22	-89,03%	215,27%
TOTAIS	7.980.832 €	7.044.238 €	6.567.096 €	-11,74%	-6,77%

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO SUBSTANCIAL**Quadro – X**

Un. Euros

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO c)
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8=(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100	9=(3) / (4+7)*100
						357 965		
2010	Saldo orçamental inicial	2 230 634				357 965	138,41	133,58
	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 412						
	Correntes	6 003 041	6 884 841	- 881 800	87,19%			
	Capital	5 458 330	3 009 041					
	Total	13 694 417	9 893 882					
2011	Saldo orçamental inicial	3 800 536				364 058	123,81	119,89
	Reposições não abatidas nos pagamentos	10 069						
	Correntes	6 125 795	7 458 031	- 1 332 236	82,14%			
	Capital	3 623 086	3 488 104					
	Total	13 559 487	10 946 135					
2012	Saldo orçamental inicial	2 613 352				145 934	137,15	131,53
	Reposições não abatidas nos pagamentos	905						
	Correntes	5 898 196	6 718 606	- 820 410	87,79%			
	Capital	3 167 916	2 016 075					
	Total	11 680 368	8 734 680					

OBSERVAÇÕES.

a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.

b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo. (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo. (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

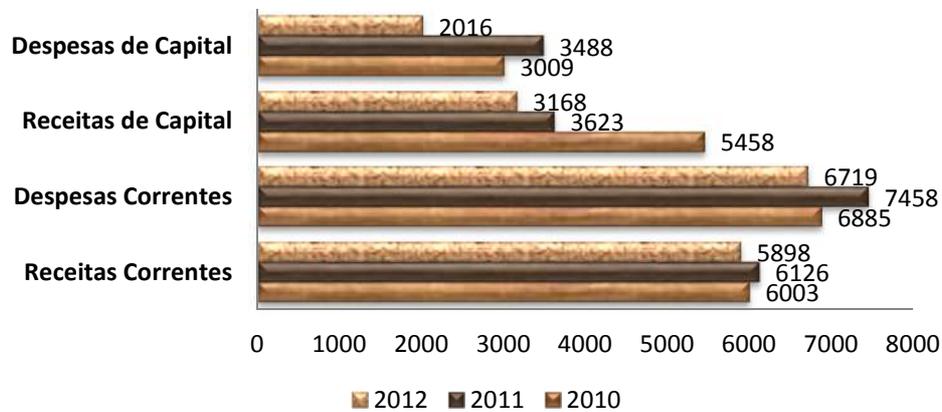
Quadro – XI

RELAÇÃO RECEITA / DESPESA	2010	2011	2012	Δ 10/11	Δ 11/12
Receitas correntes	6.003.041 €	6.125.795 €	5.898.196 €	2,04%	-3,72%
Despesas correntes	6.884.841 €	7.458.031 €	6.718.606 €	8,33%	-9,91%
Saldo Corrente	-881.800 €	-1.332.236 €	-820.410 €	-51,08%	38,42%
Receitas de capital	5.458.330 €	3.623.086 €	3.167.916 €	-33,62%	-12,56%
Despesas de capital	3.009.041 €	3.488.104 €	2.016.075 €	15,92%	-42,20%
Saldo Capital	2.449.289 €	134.982 €	1.151.841 €	-94,49%	753,33%
Outras Receitas	2.412 €	10.069 €	501 €	317,45%	-95,03%
SALDO TOTAL	1.569.901 €	-1.187.185 €	331.932 €	-175,62%	127,96%
Saldo Inicial	2.230.634 €	3.800.535 €	2.613.352 €	70,38%	-31,24%
Saldo Final	3.800.535 €	2.613.352 €	2.945.688 €	-31,24%	12,72%

Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Foi, assim, apurado um *défice* corrente de 820.410€, desrespeitando-se a regra do equilíbrio substancial do orçamento estatuída pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL. Quanto ao equilíbrio formal, as receitas orçamentais ultrapassaram as despesas orçamentais em cerca de 332 mil de euros, que, associados ao excedente orçamental transitado da gerência anterior, possibilitaram a obtenção de um saldo de 2.945.688€, o qual transitou para a gerência de 2013.

Gráfico – IV

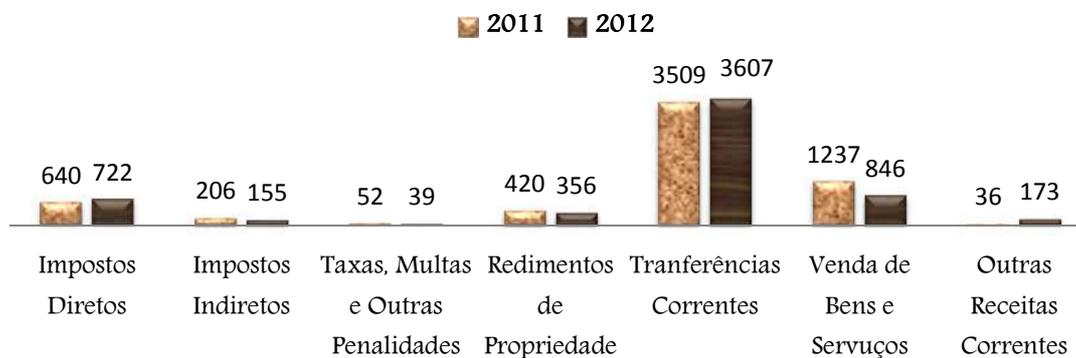


Como se pode verificar no quadro abaixo, o aumento das receitas correntes deu-se em apenas em dois os capítulos, nos impostos directos que aumentaram cerca de 82 mil euros, cerca de 12,74%, e as transferências correntes que aumentaram cerca de 99 mil euros, cerca de 2,81%, em relação ao ano anterior.

Quadro – XII

RECEITAS CORRENTES	2010	2011	2012	D 10/11	D 11/12
IMPOSTOS DIRECTOS	642.619 €	640.054 €	721.594 €	-0,40%	12,74%
IMPOSTOS INDIRECTOS	167.640 €	206.696 €	154.823,66	23,30%	-25,10%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	68.945 €	52.178 €	39.070,76	-24,32%	-25,12%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	446.091 €	420.900 €	355.869,46	-5,65%	-15,45%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.777.087 €	3.508.773 €	3.607.425,77	-7,10%	2,81%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	852.660 €	1.236.942 €	846.026,24	45,07%	-31,60%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.999 €	35.588 €	173.385,93	-25,86%	387,20%
TOTAL	6.003.041 €	6.101.131 €	5.898.196 €	1,63%	-3,33%

Gráfico – V



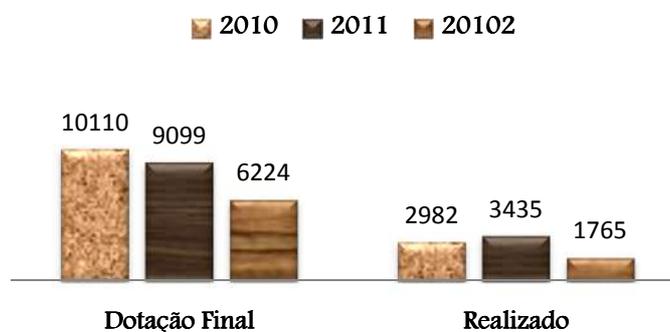
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

Designação	2010	2011	2012
Dotação Final	10.110.280 €	9.099.019 €	6.224.076 €
Realizado	2.982.470 €	3.434.964 €	1.765.364 €
Tx. Realização	29,50%	37,75%	28,36%

Verifica-se uma diminuição no investimento realizado face a 2011 de cerca de 49%, com um montante de 1.670 mil euros.

Gráfico – VI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 87,59% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 1,7 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

Obj	Descrição	2011		Execução	2012		Execução
		Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira	Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira
		Ano	Total	Anual (a)	Ano	Total	Anual (a)
1.1.1.	Administração geral	105.000,00	55.948,61	55,95%	94.600,00	71.510,93	75,59%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	3.900,00	90,38	2,32%	4.900,00	0	0,00%
2.1.1.	Ensino não superior	110.800,00	87.125,01	78,63%	150.500,00	130.474,79	86,69%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	1.600,00	0	0,00%	0,00	0	0,00%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	2.000,00	0	0,00%	1.500,00	0,00	0,00%
2.3.2.	Ação social	9.700,00	587,05	6,05%	38.500,00	32334,83	83,99%
2.4.1.	Habitação	2.000,00	170,22	8,51%	0,00	0,00	0,00%
2.4.3.	Saneamento	792.000,00	768.474,79	97,03%	289.000,00	288.218,44	99,73%
2.4.4.	Abastecimento de água	1.000,00	349,09	34,91%	445.500,00	414.158,96	92,96%
2.4.5.	Resíduos sólidos	160.000,00	159.065,50	99,42%	173.500,00	155.326,37	89,53%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	3.000,00	0	0,00%	2.500,00	0,00	0,00%
2.5.1.	Cultura	433.100,00	352.418,32	81,37%	422.500,00	328.159,91	77,67%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	96.300,00	76.543,24	79,48%	122.500,00	115.487,59	94,28%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	1.000,00	0	0,00%	1.000,00	793,35	79,34%
3.2.2.	Energia	100	0	0,00%	500,00	0,00	0,00%
3.3.4.	Sistemas de informação	1.800,00	0	0,00%	0,00	0,00	0,00%
3.4.1.	Mercados e feiras	6.500,00	338,55	5,21%	1.500,00	76,88	5,13%
3.4.2.	Turismo	154.600,00	91.080,90	98,36%	9.000,00	6502,76	72,25%
3.4.3.	Agenda local XXI	200	0	0,00%	500,00	0	0,00%
3.4.4.	Geminação	1.500,00	90	6,00%	500,00	0,00	0,00%
3.5.1.	Equipamento rural e urbano	0,00	0	0,00%	3.000,00	0,00	0,00%
4.2.1.	Relações com outras estruturas	118.400,00	80.400,59	67,91%	134.650,00	117.827,62	87,51%
TOTAL		2.004.500 €	1.672.682 €	86,33%	1.896.150,00	1.660.872,43	87,59%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2012 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 42,19% do financiamento definido. Esta execução corresponde a 3,4 milhões de euros de despesa.

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Quadro – XV

Proj.	Designação	Dotação		Compromissos	Pagamento	Exec. Anual
		Inicial	Actual			
1.1.1.	Administração Geral	923.692,39	1.335.992,39	280.042,64	270.604,85	20,25%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	57.000,00	54.900,00			0,00%
2.1.1.	Ensino não Superior	216.500,00	280.500,00	182.370,30	153.081,61	54,57%
2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	1.500,00	1.500,00			0,00%
2.3.2.	Ação social	77.500,00	79.500,00	32.372,64	32.334,83	40,67%
2.4.1.	Habitação	551.000,00	524.000,00	226.115,49	223.985,32	42,75%
2.4.2.	Ordenamento do Território	79.000,00	99.000,00			0,00%
2.4.3.	Saneamento	365.000,00	334.000,00	312.168,12	312.168,12	93,46%
2.4.4.	Água	546.500,00	575.500,00	479.376,67	451.187,08	78,40%
2.4.5.	Resíduos Sólidos	205.000,00	218.500,00	170.107,17	156.507,17	71,63%
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação	618.000,00	647.500,00	189.519,46	187.754,22	29,00%
2.5.1.	Cultura	570.000,00	737.500,00	404.875,43	358.316,55	48,59%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	316.500,00	391.500,00	207.744,42	207.744,42	53,06%
2.5.3.	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	42.000,00	42.000,00	2.157,91	2.157,91	5,14%
3.1.1.	Caminhos Agrícolas	100.000,00	130.000,00	63.516,00	56.308,71	43,31%
3.2.1.	Industria	705.000,00	742.000,00	422.824,99	132.775,04	17,89%
3.2.2.	Energia	90.500,00	90.500,00	2.963,32	2.963,32	3,27%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1.000.000,00	1.300.000,00	775.294,37	729.598,74	56,12%
3.3.4.	Sistemas de Informação	20.000,00	20.000,00			0,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	98.183,48	98.183,48	76,88	76,88	0,08%
3.4.2.	Turismo	228.000,00	219.000,00	19.552,19	19.552,19	8,93%
3.4.3.	Agenda Local XXI	500	500			0,00%
3.4.4.	Geminação	500	500			0,00%
3.5.1.	Equipamento Rural e Urbano	7.000,00	3.000,00			0,00%
4.2.1.	Transferências	195.650,00	194.650,00	142.552,52	129.119,12	66,33%
TOTAL		7.014.525,87	8.120.225,87	3.913.630,52	3.426.236,08	42,19%

ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2012, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Quadro – XVI

	2010	2011	2012
Saldo da Gerência Anterior (2009/2010/2011)	2.230.634,16 €	3.800.535,89 €	2.613.352,01 €
Receita cobrada na Gerência	11.463.783,12 €	9.758.951,08 €	9.067.016,45 €
Total	13.694.417,28 €	13.559.486,97 €	11.680.368,46 €
Despesa efetuada na Gerência	9.893.881,39 €	10.946.134,96 €	8.734.680,40 €
Saldo para a Gerência seguinte (2011/2012/2013)	3.800.535,89 €	2.613.352,01 €	2.945.688,06 €

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi inferior ao do ano de 2011 em cerca de 700 mil euros. A taxa de execução foi de 62,9%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo, encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2012, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com

uma importância de 61% e as vendas de bens e serviços que pesaram 14%. Também os impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma bastante menos pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 8% e 4% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 74,2% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais da Região, tendo atingido 47%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS: RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto- -Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita e ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 5,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as comparticipações comunitárias a projectos co-financiados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Regional de Educação do Alentejo

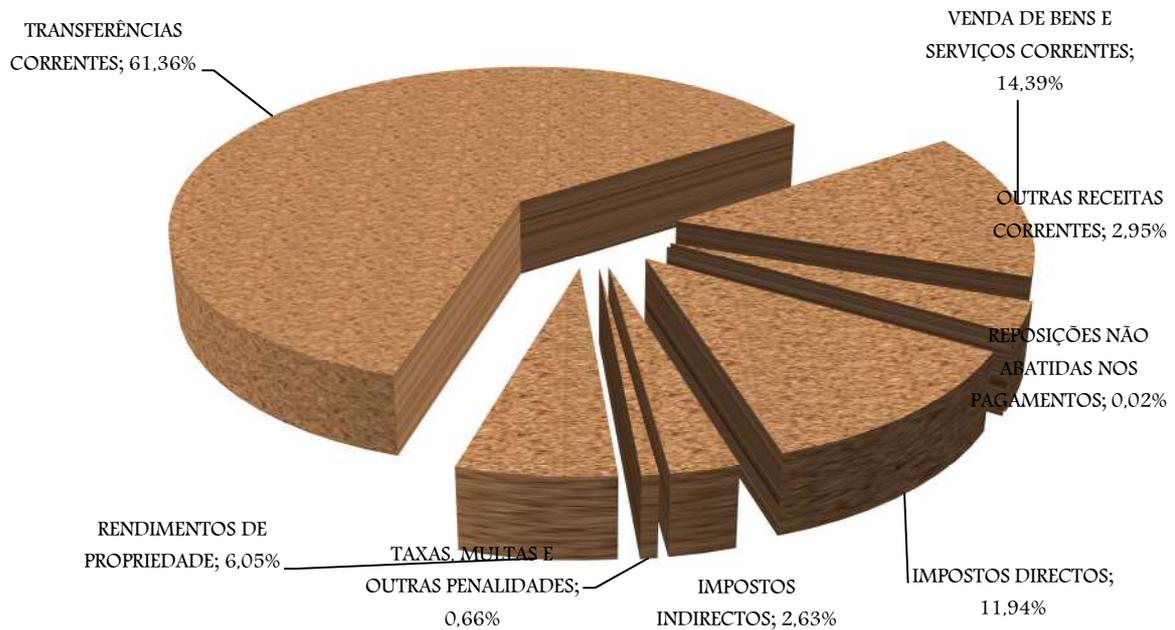
(DREA), para apoio ao programa de “Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e de “Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo”.

Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos diretos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.

Quadro – XVII

Código	Descrição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
1	IMPOSTOS DIRECTOS	696.300,00 €	701.891,13 €	11,94%	100,80%
2	IMPOSTOS INDIRECTOS	208.476,88 €	154.702,36 €	2,63%	74,21%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	71.900,00 €	38.923,57 €	0,66%	54,14%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	398.700,00 €	355.869,46 €	6,05%	89,26%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.649.671,13 €	3.607.425,77 €	61,36%	98,84%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.098.600,00 €	845.705,76 €	14,39%	76,98%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.751,99 €	173.385,93 €	2,95%	102,75%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00 €	904,65 €	0,02%	90,47%
Total da Receitas Correntes Cobradas		6.293.400,00 €	5.878.808,63 €	100,00%	93,41%

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente



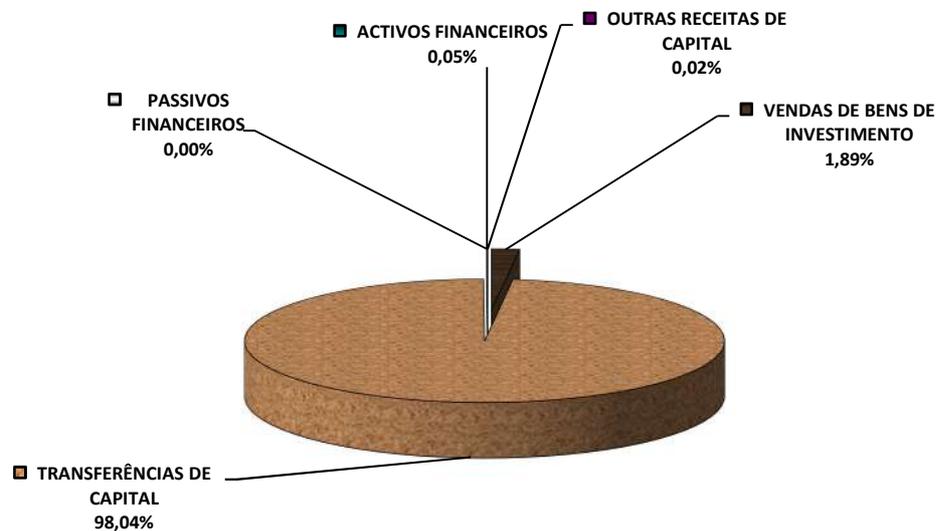
RECEITAS DE CAPITAL

Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 98% do total da Receita de Capital. Nestes 3,167 milhões de euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projectos co-financiados.

Quadro – XVIII

Código	Descrição	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Execução
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.641.100,00 €	59.800,00 €	1,89%	3,64%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.840.575,87 €	3.105.945,43 €	98,04%	80,87%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	2.700,00 €	1.670,00 €	0,05%	61,85%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0,00%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	500,74	0,02%	250,37%
Total da Receitas Correntes Cobradas		5.484.575,87	3.167.916,17	100,00%	57,76%

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 9,4 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 11,7 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 81%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 57,8%. Esta situação é essencialmente originada pela dificuldade que os organismos gestores dos fundos comunitários têm na transferência atempada dos montantes correspondentes à despesa justificada apresentada e também ao atraso na realização de algumas obras participadas.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2008/2012

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	5.441.524	5.588.842	6.003.041	6.125.795	5.898.196
RECEITAS DE CAPITAL	2.466.077	3.338.841	5.460.742	3.633.156	3.168.821
RECEITA TOTAL	7.909.609	8.929.692	11.465.793	9.760.962	9.069.028

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	68,8%	62,6%	52,4%	62,8%	65,0%
RECEITAS DE CAPITAL	31,2%	37,4%	47,6%	37,2%	34,9%
RECEITA TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro – XXI

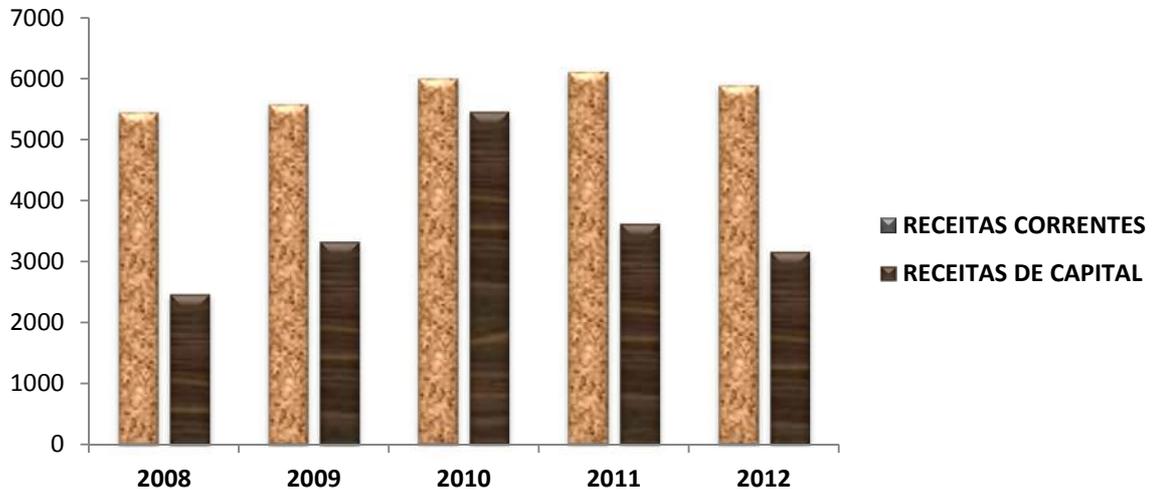
Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	-1,6%	2,7%	7,4%	2,0%	-3,7%
RECEITAS DE CAPITAL	-54,0%	35,4%	63,6%	-33,5%	-12,8%
RECEITA TOTAL	-17,9%	12,9%	28,4%	-14,9%	-7,1%

EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PERCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – X



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2012, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

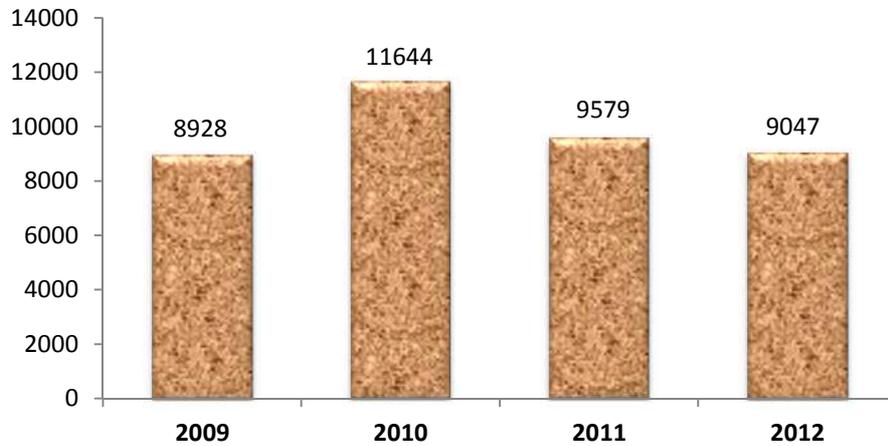
- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 74,21% na receita total - um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;
- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 17,86% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Quadro – XXII

Rubricas/anos	2010		2011		2012	
		% da		% da		% da
	Valor €	Receita	Valor €	Receita	Valor €	Receita
FEF	4.700.874,60 €	40,37%	4.468.808,00 €	45,79%	4.258.844,00 €	46,97%
Águas	384.420,68 €	3,30%	602.348,27 €	6,17%	388.550,84 €	4,29%
Contrib. Autárquica/IMI	332.333,93 €	2,85%	382.630,96 €	3,92%	442.788,91 €	4,88%
Derrama	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Sisa/IMT	227.687,92 €	1,96%	185.701,74 €	1,90%	182.112,91 €	2,01%
Taxas multas outras penal.	68.944,61 €	0,59%	52.178,16 €	0,53%	39.070,76 €	0,43%
Loteamentos e obras	13.359,57 €	0,11%	67.205,62 €	0,69%	8.124,77 €	0,09%
Restantes rubricas	5.916.161,81 €	50,81%	4.000.078,33 €	40,99%	3.747.524,26 €	41,33%
Total Receita	11.643.783,12 €	100,00%	9.758.951,08 €	100,00%	9.067.016,45 €	100,00%

Gráfico – XI



ORÇAMENTO DA DESPESA

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2012, inferior ao do ano transato em cerca de 2,7 milhões de euros, teve compromissos que representaram 67,1% do orçamento e uma realização de 60,7%.

Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 76,9% do total executado e as despesas de capital 20,2%, os restantes 2,9% dizem respeito aos passivos financeiros.

DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, com uma execução de 84,88%, representam cerca de 6,7 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica “Despesas com

peçoal” e a de “Aquisição de Bens e Serviços”. Estas duas rubricas representam 90,6% da despesa total. Porém, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de contenção da despesa com estas duas rubricas, (menos 11,7% que em 2011) procurando contudo, não diminuir a qualidade dos serviços prestados à população, bem pelo contrário, procura melhorar essa prestação através da reafectação dos recursos existentes e de uma melhor gestão e controlo das aquisições.

Quadro – XXIII

Designação	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Tx. Exec..	% GLOBAL
1 DESPESAS COM O PESSOAL	4.004.552,01	3.832.388,69	57,04%	95,70%	43,88%
2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.206.350,00	2.251.000,96	33,50%	70,20%	25,77%
3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	14.300,00	14.177,85	0,21%	99,15%	0,16%
4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	376.750,00	353.685,81	5,26%	93,88%	4,05%
5 SUBSÍDIOS	200.000,00	179.801,45	2,68%	89,90%	2,06%
6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.800,00	87.550,78	1,30%	76,93%	1,00%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7.915.752,01	6.718.605,54	100,00%	84,88%	76,92%

Gráfico – XII



DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 6 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 29,1%.

Quadro – XXIV

	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Tx. Exec..	% GLOBAL
7	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.049.075,87	1.763.999,09	87,50%	29,16%	20,20%
8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.000,00	1.364,56	0,07%	0,78%	0,02%
9	ACTIVOS FINANCEIROS	200,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	250.800,00	250.711,21	12,44%	99,96%	2,87%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		6.475.575,87	2.016.074,86	100,00%	31,13%	23,08%

Gráfico – XIII

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV
Exercício Económico de 2012

Despesas	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	% de Execução
Correntes	7.915.752,01 €	6.718.605,54 €	76,92%	84,88%
Capital	6.475.575,87 €	2.016.074,86 €	23,08%	31,13%
Total Geral	14.391.327,88 €	8.734.680,40 €	100,00%	60,69%

Com base no quadro abaixo, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo diminuído 9,9% face a 2011.

Já, a despesa de capital registou uma diminuição de 42,2% face a 2011.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2008/2012

Quadro – XXVI
Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	6.528.263	6.654.298	6.884.841	7.458.031	6.718.606
DESPESAS DE CAPITAL	2.276.498	3.818.347	3.009.041	3.488.104	2.016.075
DESPESA TOTAL	8.804.761	10.472.645	9.893.882	10.946.135	8.734.680

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	74,14%	63,54%	69,59%	68,13%	76,92%
DESPESAS DE CAPITAL	25,86%	36,46%	30,41%	31,87%	23,08%
DESPESA TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quadro – XXVIII

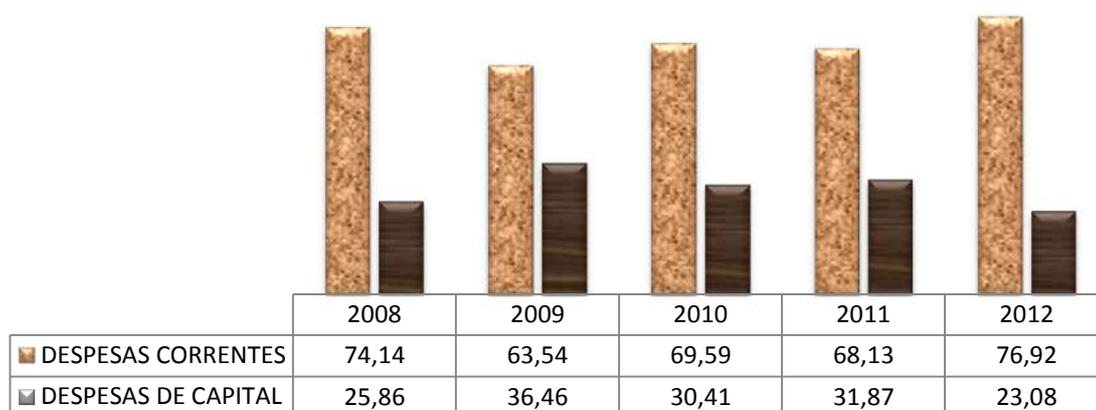
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	12,7%	1,9%	3,5%	8,3%	-9,9%
DESPESAS DE CAPITAL	66,3%	67,7%	-21,2%	15,9%	-42,2%
DESPESA TOTAL	23,0%	18,9%	-5,5%	10,6%	-20,2%

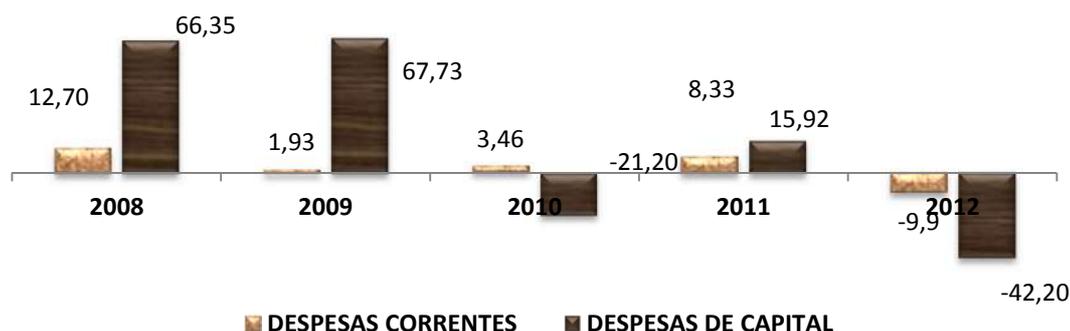
EVOLUÇÃO DA DESPESA EM PERCENTAGEM

Gráfico – XIV



EVOLUÇÃO DA DESPESA – VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 43,9% da despesa total e 57,0% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 25,8% sobre o total da despesa e 33,5% da despesa corrente.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR FATURAR

Quadro – XXIX

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012
1 - Compromissos totais assumidos	13.791.184 €	12.920.442 €	11.781.166 €	9.649.502 €
2 - Despesas totais pagas	10.472.645 €	9.893.881 €	10.946.135 €	8.734.680 €
3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo)	357.957 €	457.860 €	192.886 €	163.863 €
Diferença [1- (2+3)]	2.960.582 €	2.568.701 €	642.145 €	750.959 €

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro – XXX

RECEBIMENTOS			Δ 11/12	PAGAMENTOS			Δ 11/12
Saldo da gerência anterior....		2.780.695,97	31,03%	Despesas orçamentais....		8.734.680,40	-20,20%
Execução orçamental....	2.613.352,01		31,24%	Correntes....	6.718.605,54		-9,91%
Operações de tesouraria...	167.343,96		27,61%	Capital...	2.016.074,86		-42,20%
Receitas orçamentais....		9.067.016,45	-7,09%	Operações de tesouraria...		738.589,87	-17,07%
Correntes.....	5.898.195,63		-3,72%	Saldo para a gerência seguinte...		3.115.703,07	12,05%
Capital.....	3.167.916,17		12,56%				
Outras.....	904,65		91,02%	Execução orçamental...	2.945.688,06		12,72%
Operações de tesouraria....		741.260,92	10,35%	Operações de tesouraria...	170.015,01		1,60%
Total....		12.588.973,34	13,88%	Total...		12.588.973,34	-13,88%

As receitas totalizaram cerca de 9,1 milhões de euros, 65% dos quais de correntes e 35% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 8,7 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu um aumento de 2,6 milhões de euros para 2,9 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro – XXXI

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2012			
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2011 a)	2.613.352,01	167.343,96	2.780.695,97
(2) Receitas arrecadadas	9.067.016,45	741.260,92	9.808.277,37
(3) Despesas pagas	8.734.680,40	738.589,87	9.473.270,27
Saldo a transitar para 2013 (1+2-3)	2.945.688,06	170.015,01	3.115.703,07

a) Incorporado em 2012

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro – XXXII

INDICADORES	2010		2011		2012		VARIÇÃO (pontos percentuais)			
							2010/2011	2011/2012	2010/2012	
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	13 694 417	138,41%	13 559 487	123,87%	11 680 368	133,72%	-14,54	9,85	-4,69
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
2	Receita Corrente Cobrada	6 003 041	87,19%	6 125 795	82,14%	5 898 196	87,79%	-5,06	5,65	0,60
	Despesa Corrente Paga	6 884 841		7 458 031		6 718 606				
3	Receita Corrente Cobrada	6 003 041	52,37%	6 125 795	62,77%	5 898 196	65,06%	10,41	2,29	12,69
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	11 463 783		9 758 951		9 066 112				
4	Despesa Corrente Paga	6 884 841	69,59%	7 458 031	68,13%	6 718 606	76,92%	-1,45	8,78	7,33
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
5	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados	12 791 026	129,28%	13 559 487	123,87%	11 680 368	133,72%	-5,41	9,85	4,44
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
6	Receitas Próprias Cobradas	2 577 148	26,05%	2 690 244	24,58%	2 352 741	26,94%	-1,47	2,36	0,89
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
7	Fundos Municipais	1 984 026	20,05%	1 844 796	16,85%	2 768 249	31,69%	-3,20	14,84	11,64
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
8	Receita Corrente Cobrada Localmente	1 415 695	14,31%	1 746 297	15,95%	1 414 352	16,19%	1,64	0,24	1,88
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	903 391	6,60%		0,00%		0,00%	-6,60	0,00	-6,60
	Receita Total Disponível	13 694 417		13 559 487		11 680 368				
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	903 391	9,13%		0,00%		0,00%	-9,13	0,00	-9,13
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	903 391	30,29%		0,00%		0,00%	-30,29	0,00	-30,29
	Investimento (PPI)	2 982 471		3 434 964		1 763 999				
12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	31 437	0,32%	64 420	0,59%	264 889	3,03%	0,27	2,44	2,71

	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
13	Amortização de Empréstimos de MLP	26 570	0,27%	26 570	0,24%	250 711	2,87%	-0,03	2,63	2,60
	Despesa Total Paga	9 893 882		10 946 135		8 734 680				
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	31 437	0,23%	64 420	0,48%	264 889	2,27%	0,25	1,79	2,04
	Receita Total Disponível	13 694 417		13 559 487		11 680 368				
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	31 437	4	64 420	9	264 889	38	4,53	28,84	33,36
	População	7 288		7 288		7 031				
16	Compromissos Assumidos para o Exercício	12 920 442	121,15%	11 965 383	105,02%	9 649 502	101,88%	-16,13	-3,14	-19,27
	Despesas totais realizadas e facturadas	10 664 995		11 393 839		9 471 512				
17	Despesa Total Paga	9 893 882	76,58%	10 946 135	91,48%	8 734 680	90,52%	14,91	-0,96	13,94
	Compromissos Assumidos para o Exercício	12 920 442		11 965 383		9 649 502				
18	Saldo Final Orçamental da Gerência	3 800 536	830,07%	2 613 352	1594,85%	2 945 688	1527,17%	764,78	-67,68	697,10
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT)	457 860		163 862		192 886				
19	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT)	457 860	4,29%	192 886	1,69%	163 863	1,73%	-2,60	0,04	-2,56
	Despesas totais realizadas e facturadas	10 664 995		11 393 839		9 471 512				
20	Receita Total Disponível	13 694 417	1025,91%	13 559 487	1333,85%	11 680 368	1585,21%	307,95	251,36	559,31
	Dívida Municipal em sentido lato	1 334 861		1 016 566		736 832				
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	12 791 026	958,23%	13 559 487	1333,85%	11 680 368	1585,21%	375,62	251,36	626,99
	Dívida Municipal em sentido lato	1 334 861		1 016 566		736 832				
22	Dívida financeira de MLP	876 821	6,85%	823 680	6,07%	572 969	4,91%	-0,78	-1,17	-1,95
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	12 791 026		13 559 487		11 680 368				
23	Dívida Municipal em sentido lato	1 334 861	183	1 016 566	139	736 832	105	-44	-35	-78
	População	7 288		7 288		7 031				

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

Constantes da Contabilidade				
Lançamento Orçamento:	1		Ano Contabilístico:	2012
Data de Deliberação:	12-12-2011		Data trabalho:	30-12-2012
Alterações e Revisões ao orçamento				
Total Modificações: 28				
	Despesa	Receita	PPI	PAM
Alteração	27	0	5	17
Revisão	1	1	1	1

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 5 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2012				
Financiamento total		Financiamento Definido		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	Dotação inicial	Dotação corrigida	
5.420.876 €	6.224.076 €	5.420.876 €	6.224.076 €	803.200 €

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 17 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Atividades / 2012			
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)	
Dotação inicial	Dotação corrigida		
1.593.650 €	1.896.150 €	302.500 €	

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2012, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Receita / 2012		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
11.777.976 €	14.391.328 €	2.613.352 €

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2012, foram efetuadas 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior, e 27 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro – XXXVII

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Despesa / 2012	
Dotações iniciais	11.777.976 €
Reforços/Inscrições	4.107.003 €
Saldo da Gerência Anterior	2.613.352 €
Diminuições/Anulações	1.493.651 €
Dotação após alterações	14.391.328 €
Reposições abatidas nos pagamentos	- €
Dotações corrigidas	14.391.328 €

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.

ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e

económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2012, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2012.

ANÁLISE DO BALANÇO NO ÚLTIMO TRIÊNIO

Quadro – XXXVIII

CONTAS DOS BALANÇOS	BALANÇOS					
	2010		2011		2012	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Activo						
Imobilizado:						
Bens de domínio público	26 076 521,73	51,9%	24 104 401,11	48,8%	24 413 138,80	50,0%
Imobilizações incorpóreas	137 374,13	0,3%	84 939,09	0,2%	39 517,04	0,1%
Imobilizações corpóreas	18 304 350,46	36,4%	20 021 719,08	40,5%	18 763 541,90	38,4%
Investimentos financeiros, dos quais:	72 962,31	0,1%	1 095 034,12	2,2%	1 023 426,72	2,1%
Circulante:						
Existências	291 734,12	0,6%	268 510,47	0,5%	298 309,53	0,6%
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	1 333 351,97	2,7%	1 046 529,87	2,1%	1 139 600,69	2,3%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Depósitos e caixa	4 031 717,55	8,0%	2 780 695,97	5,6%	3 115 703,07	6,4%
Acréscimos e diferimentos	13 710,77	0,0%	14 982,05	0,0%	17 004,78	0,0%
Total do Activo	50 261 723,04	100%	49 416 811,76	100%	48 810 242,53	100%
Fundos próprios						
Património	45 445 042,79	118,9%	45 445 042,79	125,0%	45 445 042,79	130,5%
Ações PP + Prest. Supl. + Prémios		0,0%		0,0%		0,0%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-96 347,26	-0,3%	-71 608,20	0,2%	-72 549,09	0,2%
Reservas, Subsídios e Doações	- 112 240,24	-0,3%	- 196 996,38	-0,5%	- 196 996,38	-0,6%
Resultados transitados	- 4 712 852,33	-12,3%	- 7 025 190,92	-19,3%	- 8 889 464,55	-25,5%
Resultado Líquido do exercício	- 2 297 036,34	-6,0%	- 1 808 664,18	-5,0%	- 1 466 961,58	-4,2%
Total dos Fundos Próprios	38 226 566,62	100%	36 342 583,11	100%	34 819 071,19	100%
Passivo						
Provisões		0,0%		0,0%		0,0%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	876 820,68	7,3%	823 680,04	6,3%	572 968,83	4,1%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	595 239,51	4,9%	313 277,85	2,4%	287 026,61	2,1%
Acréscimos e diferimentos	10 563 096,23	87,8%	11 937 270,76	91,3%	13 131 175,90	93,9%
Total do Passivo	12 035 156,42	100%	13 074 228,65	100%	13 991 171,34	100%

Total dos Fundos Próprios e do Passivo	50 358 070,30		49 416 811,76		48 810 242,53	
Procedimento de Controlo (Total Activo/Total Fundos Próprios + Passivo)	0,00		0,00		0,00	
PESO NO ACTIVO DOS:	Fundos próprios	76%	74%	71%		
	Passivo - total	24%	26%	29%		
	Passivo - Acréscimos e diferimentos	21%	24%	27%		

**Quadro – XXXIX
Balanco Sintético**

ACTIVO					PASSIVO				
2011			D2011/2012		2011			D2011/2012	
			2012				2012		
Imobilizado.		91,7%		90,6%	Fundos Próprios.		73,5%		71,3%
Bens de dominio publico	24.104.401 €	48,8%	24.413.139 €	50,0%	Património	45.445.043 €	92,0%	45.445.043 €	93,1%
Imobilizações incorporeas	84.939 €	0,2%	39.517 €	0,1%	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-71.608 €	-0,1%	-72.549 €	-0,1%
Imobilizações corporeas	20.021.719 €	40,5%	18.763.542 €	38,4%	Reservas de reavaliação	31.550 €	0,1%	31.550 €	0,1%
Investimentos Financeiros	1.095.034 €	2,2%	1.023.427 €	2,1%	Reservas legais	-345.307 €	-0,7%	-345.307 €	-0,7%
					Subsidios	115.225 €	0,2%	115.225 €	0,2%
					Resultados transitados	-7.025.191 €	14,2%	- 8.889.465 €	18,2%
					Resultados liquidados do exercicio	-1.808.664 €	-3,7%	-1.466.962 €	-3,0%
Circulante.		8,3%		9,4%	Doações	1.535 €	0,0%	1.535 €	0,0%
Existências	268.510 €	0,5%	298.310 €	0,6%	Passivo.		26,8%		28,7%
D vidas de Terceiros - Curto prazo.	1.046.530 €	2,1%	1.139.601 €	2,3%	Dívidas a terceiros - M/L Prazo	823.680 €	2,0%	572.969 €	1,2%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa.	2.780.696 €	5,6%	3.115.703 €	6,4%	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	313.278 €	0,6%	287.027 €	0,6%
Acréscimos e diferimentos.	14.982 €	0%	17.005 €	0,0%	Acréscimos e diferimentos	11.937.271 €	24,2%	13.131.176 €	26,9%
Total do Activo	49.416.812 €	100%	48.810.243 €	100%	Total dos Fundos Próprios + Passivo	49.416.811 €	100%	48.810.242 €	100%

- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (90,6%).
- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 572 969€, representando 1,2% dos Fundos Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 287 027€, e que representam 0,6% dos Fundos Próprios e Passivo.
- Relativamente aos Fundos Próprios, representam 71,3% do total do Ativo e fixaram-se, em 2012, em 34.819 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

- Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;
- Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;
- Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;
- Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;
- A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).

Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.

B) **Ativo circulante** – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos:

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) **Acréscimos e diferimentos** – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- A) Património;
- B) Reservas;
- C) Resultados transitados;
- D) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 44.239.624€, o que significa que, comparativamente a 2011, diminuiu cerca de 1,1 mil euros, este valor deve-se ao valor das amortizações que foi de cerca de 2,5 milhões de euros;
- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 50.32%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador

de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;

- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 1.592%;
- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 71%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

RÚBRICAS	2010	2011	2012
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	200.676,32 €	271.938,99 €	271.938,99 €
Outras construções e infra-estruturas	25.060.005,81 €	23.500.007,53 €	23.385.207,13 €
Imobilizações em curso	815.839,60 €	332.454,59 €	755.992,68 €
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	137.374,13 €	84.939,09 €	39.517,04 €
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	1.974.805,05 €	2.119.224,36 €	2.153.149,36 €
Edifícios e outras construções	13.056.557,69 €	15.757.056,92 €	15.394.982,41 €
Equipamento básico	552.046,66 €	789.250,04 €	602.063,96 €
Equipamento de transporte	525.847,68 €	453.332,19 €	382.334,47 €
Ferramentas e utensílios	12.884,65 €	9.962,85 €	6.602,12 €
Equipamento administrativo	117.113,99 €	115.516,96 €	102.193,36 €
Outras imobilizações corpóreas	34.280,40 €	28.304,00 €	27.081,24 €
Imobilizações em curso	2.030.814,34 €	749.071,76 €	98.134,88 €
Investimentos financeiros			
Obrigações e títulos de participação	56.057,74 €	80.796,80 €	79.855,91 €
Investimentos em imóveis	16.904,57 €	1.014.237,32 €	943.570,81 €
TOTAL	44.591.208,63 €	45.306.093,40 €	44.242.624,36 €

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Acréscimos e Diferimentos	13 710,77	14 982,05	17 004,78	3 294,01
Restante Ativo	50 248 012,27	49 401 829,71	48 793 237,75	- 1 454 774,52
ACTIVO TOTAL	50 261 723,04	49 416 811,76	48 810 242,53	- 1 451 480,51

Quadro – XLII

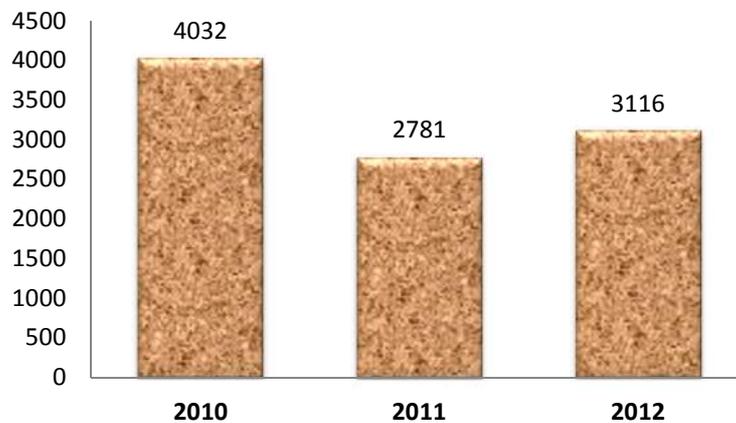
EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Património	45 445 042,79	45 445 042,79	45 445 042,79	0,00
Restantes Fundos Próprios	- 7 218 476,17	- 9 102 459,68	- 10 625 971,60	- 3 407 495,43
FUND. PRÓPRIOS TOTAIS	38 226 566,62	36 342 583,11	34 819 071,19	- 3 407 495,43

DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)**Quadro – XLIII**

	2010	2011	2012
CAIXA			
CAIXA TESOURARIA	2.301,31 €	1.552,20 €	2.152,88 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1.623.917,01 €	484.428,08 €	1.325.863,07 €
BANCO BPI, SA	75.463,87 €	299.921,55 €	24.222,93 €
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	65.912,58 €	77.004,12 €	76.413,41 €
BANCO ESPÍRITO SANTO	1.639.451,48 €	1.104.805,39 €	864.393,99 €
MILLENIUM BCP	624.671,30 €	812.984,63 €	822.679,83 €
TOTAL GERAL	4.031.717,55 €	2.780.695,97 €	3.115.726,11 €

Gráfico – XVI**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)**

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2012.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2012 com um resultado líquido de (-1.466.961,58€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuíram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

RESULTADOS	2010	2011	2012	Crescimento	% Cresc.
				(2011-2012)	
Resultados Operacionais	-2.519.441,39 €	-2.689.953,23 €	-2.467.601,19 €	-222.352,04 €	9,01%
Resultados Financeiros	432.302,98 €	335.362,35 €	266.767,48 €	-68.594,87 €	-25,71%
Resultados Correntes	-2.087.138,41 €	-2.354.590,88 €	-2.200.833,71 €	153.757,17 €	6,99%
Resultado Líquido do Exercício	-2.297.036,34 €	-1.808.664,18 €	-1.466.961,58 €	341.702,60 €	23,29%

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

PROVEITOS OPERACIONAIS	2010	2011	2012	Crescimento	% Cresc.
				(2011-2012)	
Venda e Prestação de Serviços	862.621,89 €	1.092.950,70 €	1.051.590,32 €	-41.360,38 €	-3,93%
Impostos e taxas	948.775,66 €	782.162,86 €	768.200,05 €	-13.962,81 €	-1,82%
Transf. e Sub. Obtidos	5.416.174,80 €	5.050.956,00 €	5.177.441,98 €	126.485,98 €	2,44%
Trabalhos Própria Entidade	0,00 €	156.533,16 €	0,00 €	-156.533,16 €	%
Proveitos Suplementares	0,00 €	13.178,39 €	306,00 €	-12.872,39 €	-4206,66%
TOTAL	7.126.236,89 €	7.227.572,35 €	7.095.781,11 €	-131.791,24 €	-1,86%

CUSTOS OPERACIONAIS**Quadro – XLVI**

CUSTOS OPERACIONAIS	2010	2011	2012	Crescimento	% Cresc.
				(2011-2012)	
CMVMC	533.232,44 €	998.461,14 €	956.778,46 €	-41.682,68 €	-4,36%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.119.251,51 €	1.816.485,95 €	1.760.826,36 €	-55.659,59 €	-3,16%
Custos com Pessoal	4.285.614,72 €	4.193.453,23 €	3.933.449,05 €	-260.004,18 €	-6,61%
Amortizações do exercício	2.507.251,44 €	2.392.369,00 €	2.425.944,22 €	33.575,22 €	1,38%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	256.190,85 €	324.202,56 €	332.034,50 €	7.831,94 €	2,36%
Outros Custos Operacionais	45.472,78 €	60.762,46 €	56.106,95 €	-4.655,51 €	-8,30%
TOTAL	8.814.739,65 €	9.747.013,74 €	9.785.734,34 €	38.720,60 €	0,40%

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2012, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 354.016,58€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.

Quadro – XLVII

VALOR €

PROVEITOS FINANCEIROS	2010	2011	2012	CUSTOS FINANCEIROS	2010	2011	2012
Proveitos e Ganhos Financeiros	438.950 €	419.857 €	354.016 €	Custos e Perdas Financeiras	6.647 €	84.495 €	87.249 €
TOTAL	438.950 €	419.857 €	354.016 €	TOTAL	6.647 €	84.495 €	87.249 €

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

PROVEITOS EXTRAORDINARIOS	2010	2011	2012	CUSTOS EXTRAORDINARIOS	2010	2011	2012
Proveitos e Ganhos Extraordinários	852.717 €	907.269 €	758.896 €	Custos e Perdas Extraordinários	1.062.615 €	361.342 €	25.024 €
TOTAL	852.717 €	907.269 €	758.896 €	TOTAL	1.062.615 €	361.342 €	25.024 €

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

Quadro – XLIX

PROVEITOS TOTAIS	2010	2011	2012	CUSTOS E PERDAS	2010	2011	2012
Proveitos Totais	8.519.240 €	8.422.908 €	8.110.451 €	Custos e Perdas do Exercício	10.816.276 €	10.231.572 €	9.577.413 €
TOTAL	8.519.240 €	8.422.908 €	8.110.451 €	TOTAL	10.816.276 €	10.231.572 €	9.577.413 €

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão.

Quadro – I
Sustentabilidade a médio e longo prazos

INDICADORES		2010		2011		2012		
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	38 226 567	317,62%	36 342 583	277,97 %	34 819 071	248,86%
		Passivo	12 035 156		13 074 229		13 991 171	
	Solvabilidade II	Activo Líquido	50 261 723	417,62%	49 416 812	377,97 %	48 810 243	348,86%
		Passivo	12 035 156		13 074 229		13 991 171	
3	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	24 185 201	200,95%	25 312 411	193,61 %	24 397 104	174,37%
		Passivo	12 035 156		13 074 229		13 991 171	
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	38 226 567	76,06%	36 342 583	73,54%	34 819 071	71,34%

			Ativo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
5	Liquidez Geral	Ativo Circulante	5 670 514		4 110 718		4 570 618		1592,40 %
				654,69%		1312,16%			
		Passivo Circulante	866 136		313 278		287 027		
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	4 031 718		2 780 696		3 115 703		1085,51 %
		Passivo Circulante	866 136	465,48%	313 278	887,61 %	287 027		
7	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos-OT-Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro). x	364 058	24	145 934	9	117 012	10	
		Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano	5 584 439		5 624 937		4 302 762		
8	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12 x	150 658	19	104 483	12	104 483	20	
		Aquisição de Imobilizado no ano	2 917 263		3 215 738		1 911 592		
9	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	28 811 188	64,61%	25 228 992	55,69%	22 260 864	50,32%	
		Imobilizado Líquido	44 591 209		45 306 093		44 239 624		
10	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	38 226 567	85,73%	36 342 583	80,22%	34 819 071	78,71%	
		Imobilizado Líquido	44 591 209		45 306 093		44 239 624		
11	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	11 169 020	25,05%	12 760 951	28,17%	13 704 145	30,98%	
		Imobilizado Líquido	44 591 209		45 306 093		44 239 624		

12	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	866 136	1,94%	313 278	0,69%	287 027	0,65%
			Imobilizado Líquido	44 591 209		45 306 093		44 239 624	
13	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	44 591 209	88,72%	45 306 093	91,68%	44 239 624	90,64%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
14	IMOBILIZAÇÕES	Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	26 076 522	51,88%	24 104 401	48,78%	24 413 139	50,02%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
ENDIVIDAMENTO									
15	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	12 035 156	23,94%	13 074 229	26,46%	13 991 171	28,66%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
16	ENDIVIDAMENTO	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	572 969	1,14%	572 969	1,16%	572 969	1,17%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
17	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	572 969	1,14%	572 969	1,16%	572 969	1,17%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
18	ENDIVIDAMENTO	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	595 240	1,18%	313 278	0,63%	287 027	0,59%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
19	ENDIVIDAMENTO	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
			Activo Líquido	50 261 723		49 416 812		48 810 243	
20	ENDIVIDAMENTO	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	572 969	4,76%	572 969	4,38%	572 969	4,10%

		Passivo	12 035 156		13 074 229		13 991 171	
21	Estrutura de Endividamento II	Dividas de Curto Prazo	595 240	4,95%	313 278	2,40%	287 027	2,05%
		Passivo	12 035 156		13 074 229		13 991 171	

Quadro – LI
Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

INDICADORES	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Solvabilidade I	318%	278%	249%	-68,76
Solvabilidade II	418%	378%	349%	-68,76
Solvabilidade Adaptado	201%	194%	174%	-26,58
Autonomia Financeira	76%	74%	71%	-4,72

Quadro – LII
Indicadores de equilíbrio de CP do Município

INDICADORES	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Liquidez Geral	655%	1312%	1592%	937,71
Liquidez Imediata	465%	888%	1086%	620,03
Prazo médio de Pagamento	24	9	10	-14
Prazo médio de Pagamento - imobilizado	19	12	20	1

Quadro – LIII
Indicadores de imobilizações Município

INDICADORES	2009	2010	2011	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Indicador das imobilizações I	65%	56%	50%	-14,29
Indicador das imobilizações II	86%	80%	79%	-7,02
Indicador das imobilizações III	25%	28%	31%	5,93
Indicador das imobilizações IV	2%	1%	1%	-1,29
Percentagem de imobilizado líquido total	89%	92%	91%	1,92
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	52%	49%	50%	-1,87

Quadro – LIV
Indicadores de endividamento Município

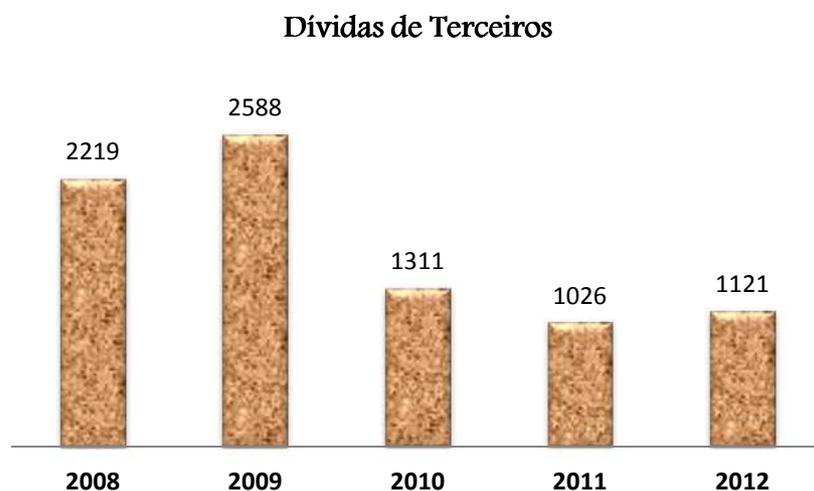
INDICADORES	2009	2010	2011	VARIAÇÃO NO TRIÉNIO
Endividamento	24%	26%	29%	4,72
Endividamento de MLP	1%	1%	1%	0,03
Endividamento – Empréstimos de MLP	1%	1%	1%	0,03
Endividamento de CP	1%	1%	1%	-0,60
Endividamento – Empréstimos de CP	0%	0%	0%	0,00
Estrutura de Endividamento I	5%	4%	4%	-0,67
Estrutura de Endividamento II	5%	2%	2%	-2,89

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro – LV

	2008	2009	2010	2011	2012
Contribuintes c/c	694 €	11.693 €	3.399 €	4.053 €	6.735 €
Utentes c/c	832.150 €	972.291 €	1.036.354 €	778.244 €	870.481 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.135.405 €	1.132.786 €	107.609 €	107.609 €	107.609 €
Estado e outros entes públicos	122.541 €	124.860 €	128.545 €	122.452 €	0 €
Administração autárquica	125.813 €	58.875 €	0 €	0 €	28.000 €
Outros devedores	2.863 €	287.967 €	34.922 €	13.819 €	108.261 €
TOTAL	2.219.465 €	2.588.471 €	1.310.828 €	1.026.177 €	1.121.085 €

Gráfico – XVII



DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um decréscimo em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 3,3% no total da despesa paga.

Quadro – LVI

	2008	2009	2010	2011	2012
Dívidas a Terceiros	771.201,29 €	592.993,98 €	595.239,51 €	313.277,85 €	287.026,61 €
TOTAL	771.201,29 €	592.993,98 €	595.239,51 €	313.277,85 €	287.026,61 €

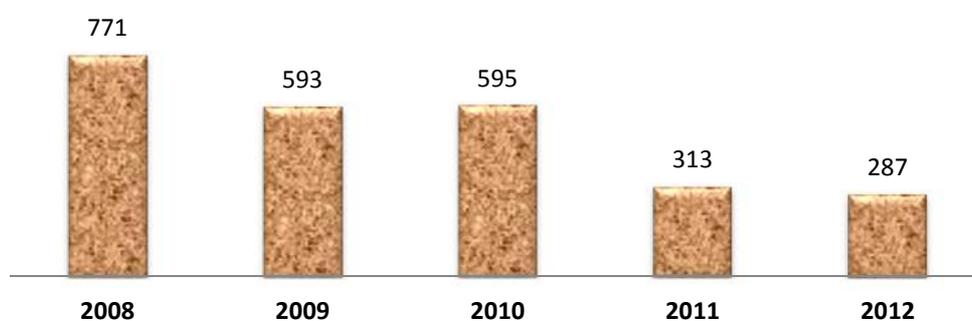
A composição desta dívida de 287.026.61€, é a seguinte:

- 89.473,01€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 33.690,63€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;

- 163.862,97€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no final do ano económico mas com entrada na autarquia depois de 31 de Dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Dívida não reconhecida) pela CMR.

- Apenas 107.006,81€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de Dezembro;

Gráfico – XVIII
Dívida a Terceiros

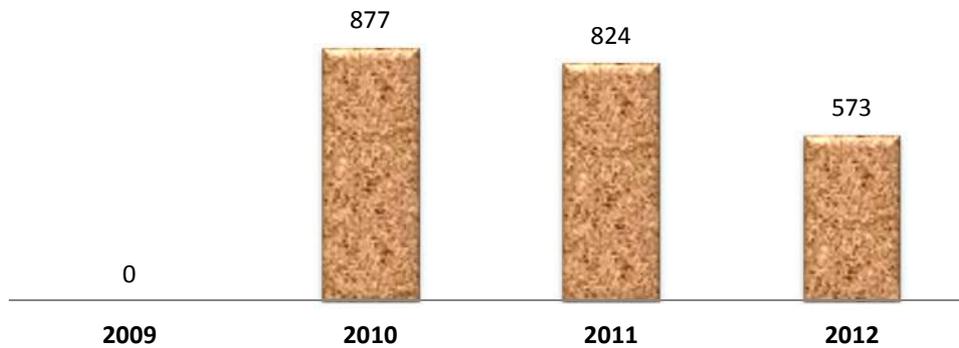


DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

Empréstimo a Médio e Longo Prazo	2009	2010	2011	2012
Dívida a 31 de Dezembro	0,00 €	876.820,68 €	823.680,04 €	572.968,83 €
TOTAL	0,00 €	876.820,68 €	823.680,04 €	572.968,83 €

Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais¹¹.

Em 2012, releva a soma das receitas provenientes das participações do município no FEF, no FSM e no IRS, no ano, bem como dos impostos municipais, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior¹².

(11) Título IV da LFL, maxime, artigos 36.º, 37.º e 39.º, bem como artigo 61.º da mesma lei e, para 2007, n.º 1 e 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro.

(12) Artigos 37.º, n.º 1, e 39.º, n.º 1 e 2 da LFL.

CÁLCULO DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

Quadro – LVIII
Endividamento – Valores de referência

Receitas previstas no âmbito do n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais.						
1	Impostos Municipais.	640.054,12 €				
	IMI _ ano n-1	376.114,00 €	IMT ano n-1	176.589,39 €	IUC/IMV ano n-1	87.350,73 €
2	Derrama _ ano n-1	- €				
3	Participação nos resultados do SEL _ ano n-1	- €				
4	FEF _ ano n1 + IRS _ ano n	4.378.041,00 €				

Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais		
Limite Endividamento.	Curto Prazo [(1+2+3+4)*10% LFL]	501.809,51 €
	Médio e Longo Prazo (1+2+3+4)	5.018.095,12 €
	Endividamento Líquido [(1+2+3+4)*125%]	6.272.618,90 €

Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais		
Limite Endividamento.	Limite EL2012 (art.º 66.ºOE/2012)	-2.674.074,04 €
	Limite EMLP2012 (art.º 66.ºOE/2012)	1.287.593,89 €

Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia.

(em euros)

Data de reporte	Limites ao endividamento 2012		Endividamento				Capital em dívida excepcionado	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido (Sem Excepcionado)	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Médio e longos prazos	Empréstimos	Dívida à EDP
	1	2	3	4	5	6	7	8
01-01-2012	-2.674.074	1.287.594	-2.674.074	3.923.005	1.349.775	823.680		
4.º Trimestre			-3.642.549	4.353.105	1.217.836	572.969		

Data de reporte	Excesso de Endividamento		Margem de Endividamento		Variação no excesso de endividamento	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos
	9-3-1	10-6-2	11-1-3	12-2-6	(01-01-2012 versus 4.º Trimestre)	
01-01-2012				463.914		
4.º Trimestre				714.625		

Para efeitos de cálculo do endividamento líquido e dos empréstimos do Município soma-se o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município, assim como das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local¹³.

Quanto ao limite geral dos empréstimos, o Município não recorreu a empréstimos de curto prazo, em 2012.

(13) N.º 2 do artigo 36.º da LFL, n.os 3 e 5 do artigo 7.º da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, e artigos 31.º e 32.º, n.º 1, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro. A partir de 1 de Janeiro de 2008, inclui-se ainda o endividamento líquido e os empréstimos das sociedades comerciais nas quais os municípios e as associações de municípios detenham, direta ou indiretamente, uma participação social, proporcional à sua participação no capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local (alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da LFL e n.º 4 do artigo 32.º da Lei n.º 53-F/2006, ambos com a redação dada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro).

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O executivo municipal desenvolveu importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se concretizassem, tanto quanto possível, as atividades previstas, tendo procurado atingir os melhores resultados possíveis, na prossecução dos objetivos definidos.

Não é demais referir que esse quadro referencial foi delineado aquando da definição das prioridades para o quadriénio de 2009/2013, apontando para sete vetores de atuação ou objetivos estratégicos a desenvolver numa perspetiva de curto e/ou médio prazo e que são:

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se as seguintes: elaboração de informações, emissão pareceres técnico – jurídicos, acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar, acompanhamento de processos litigiosos, elaboração de regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Redondo, bem como o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias.

Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço no ano de 2012, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência deste Município, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Acompanhamento da elaboração e alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente dos planos de pormenor e urbanização em curso;
- Elaboração de Regulamentos Municipais;

- Elaboração de respostas e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de informações e despachos no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos particulares e entidades externas de que se destaca a Inspeção-geral da Administração Local;
- Elaboração de informações e despachos no domínio de processos de licenciamento de obras particulares;
- Emissão de informações na área da contratação pública;
- Elaboração e colaboração de protocolos e contratos;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Colaboração na elaboração de programas e cadernos de encargos de concursos;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;
- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) de Redondo, desenvolveu em 2012 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas enquanto estrutura responsável pela prossecução das atividades de protecção civil no âmbito municipal. De entre estas tarefas destaca-se a revisão para o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil (PME) de Redondo.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à protecção civil diz respeito, que se procedeu à:

- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Implementação do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2012, do Instituto Português da Juventude, ativo de Julho a Setembro, com a participação de jovens voluntários;
- Estruturação do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, com o estabelecimento de dias de atendimento durante a semana, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;

- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Florestal Contra Incêndios.

- Estabelecimento de contacto direto com as várias entidades intervenientes na Defesa da Floresta, Autoridade Florestal Nacional, BVR, Freguesias, Afocelfa, Associações de Produtores Florestais (Aflops e Aliança Florestal) e GNR.”
- Colaboração nas ações de sensibilização desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana sobre a temática da prevenção de incêndios. As mesmas foram sobretudo dirigidas aos agricultores e silvicultores do concelho.

- Operacionalização do Posto de Vigia da Herdade do Pêro Crespo. O Município de Redondo dotou o posto, quer de meios humanos, quer dos meios logísticos necessários. Os quatro vigilantes em serviço receberam formação do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente/GNR. Este posto de Vigia funcionou durante o período crítico.

SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Durante o ano de 2012 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático da Camara Municipal e apoio à manutenção do parque tecnológico, centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração da infraestrutura tecnológica (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, site, intranet e bases de dados instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;
- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;
- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;

- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Acompanhamento de estágios e integração de jovens recém formados no contexto profissional e institucional aplicado às tecnologias de Informação;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.

Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, vídeo vigilância, etc.).

GABINETE DE INFORMAÇÃO

2012 foi o sexto ano de funcionamento do Gabinete de Informação(GINFO) tendo por isso alcançado uma posição sólida na orgânica do município. Com base nos objetivos traçados no ano da sua formação, alvo de revisão constante, e com metodologias de funcionamento cuidadosamente elaboradas e implementadas no contexto real de trabalho, o GINFO tem procurado otimizar o seu modelo de funcionamento de forma a que este espelhe numa melhor eficácia de trabalho.

Assim, face a anos anteriores, o GINFO concentrou a sua atividade naqueles que vêm sendo os seus objetivos fundamentais – agilizar a comunicação entre os diversos gabinetes e serviços, divulgar todas as atividades desenvolvidas pelo Município de Redondo e estreitar a comunicação entre a autarquia e a população – tendo sempre em conta a identificação dos principais entraves ao processo e a procura de novas alternativas que possibilitem melhorar a qualidade dos serviços. No exercício da sua atividade em 2012, o GINFO utilizou os seguintes suportes de comunicação:

- Agenda Cultural;
- Cartazes A3 e A4;
- Flyers;
- Folheto de cinema;
- Folheto de exposição;
- Folhas de sala;
- Newsletter;
- Notas de imprensa;

- Mailing list;
- Site da Câmara Municipal;
- Imprensa Regional.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são imprescindíveis para o normal funcionamento da autarquia. Por um lado, o peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha um cuidado redobrado na sua gestão. Por outro, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

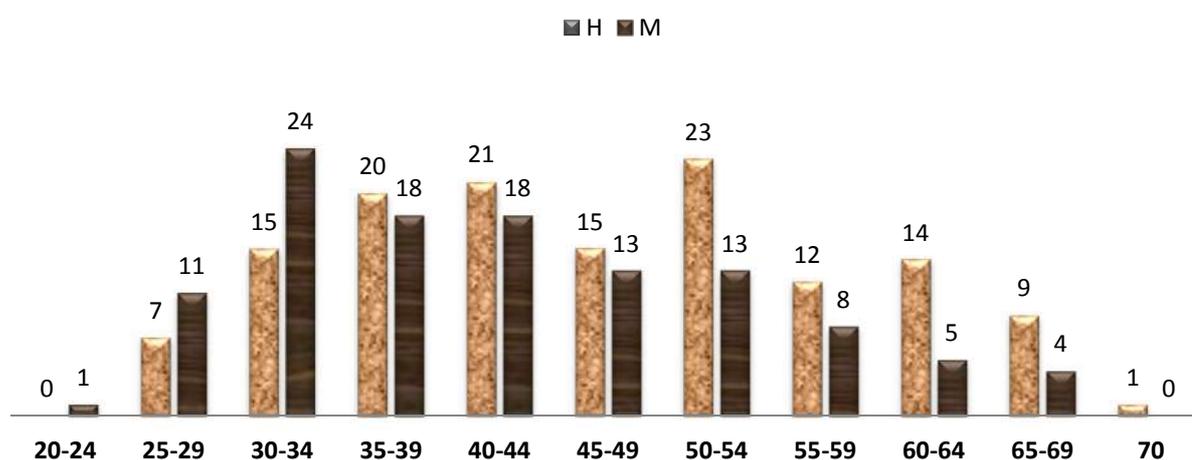
A Câmara Municipal, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal de 252 trabalhadores, dos quais 221 se integravam em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço) e 31 trabalhadores em regime de CTFP a termo resolutivo certo.

Quadro – LIX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em 31/12-2012

Faixa Etária	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
Menos de 20 anos	H										0	
	M										0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
20-24	H										0	
	M					1					1	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,40%
25-29	H		1	2	0	2	2				7	
	M			5	0	3	3				11	
	T	0	1	7	0	5	5	0	0	0	18	7,14%
30-34	H		0	4	2	3	6				15	
	M		0	13		7	4				24	
	T	0	0	17	2	10	10	0	0		39	15,48%
35-39	H			3		2	15				20	
	M			3		5	10				18	
	T	0	0	68	0	7	25	0	0	0	38	15,08%
40-44	H		2	4		4	11				21	
	M			2		6	10				18	
	T	0	2	6	0	10	21	0	0	0	39	15,48%
45-49	H					1	14				15	
	M					4	9				13	
	T	0	0	3	0	9	23	0	0	0	28	11,11%
50-54	H				1	2	20				23	
	M			2			11				13	
	T	0	0	2	1	2	31	0	0	0	36	14,29%
55-59	H					1	11				12	
	M			1			7				8	
	T	0	0	1	0	1	18	0	0	0	20	7,94%
60-64	H					1	13				14	
	M						5				5	
	T	0	0	0	0	1	18	0	0	0	19	7,54%
65-69	H						9				9	
	M						4				4	
	T	0	0	0	0	0	13	0	0	0	13	5,16%
70 ou mais	H						1				1	
	M										0	
	T	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,40%
Total de Efectivos	H	0	3	13	3	16	102	0	0	0	137	54,37%
	M	0	0	26	0	26	63	0	0	0	115	45,63%
	T	0	3	39	3	34	165	0	0	0	252	

Gráfico – XX



A nível de estrutura etária, verificamos que 15,48% dos trabalhadores tem entre os 30-34 e 40-44 anos, 15,08% situa-se na faixa etária dos 35-39 anos e 14,29% tem entre os 50 – 54 anos.

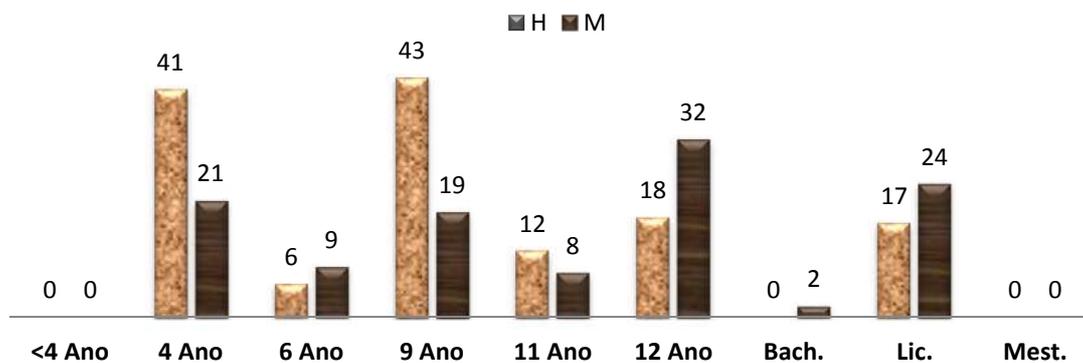
Quadro – LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em 31-12-2012

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico superior	Informática	Ass. Técnico	A.op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
4 Anos de esc. (4ª classe)	H						41				41	
	M						21				21	
	T	0	0	0	0	0	62	0	0	0	62	24,60%
6 Anos de escolaridade	H					2	4				6	
	M						9				9	
	T	0	0	0	0	2	13	0	0	0	15	5,95%
9 Anos de escolaridade	H					1	42				43	
	M					2	17				19	
	T	0	0	0	0	3	59	0	0	0	62	24,60%
11 Anos de escolaridade	H					2	10				12	
	M					4	4				8	

	T	0	0	0	0	6	14	0	0	0	20	7,94%
12 Anos de escolaridade	H				2	11	5				18	
	M					20	12				32	
	T	0	0	0	2	31	17	0	0	0	50	19,84%
Bacharelato	H										0	
	M			2							2	
	T	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0,79%
Licenciatura	H		3	13	1						17	
	M			24							24	
	T	0	3	37	1	0	0	0	0	0	41	16,27%
Mestrado	H										0	
	M										0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Doutoramento	H										0	
	M										0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efectivos	H	0	3	13	3	16	102	0	0	0	137	54,37%
	M	0	0	26	0	26	63	0	0	0	115	45,63%
	T	0	3	39	3	42	168	0	0	0	252	

Gráfico – XXI



Relativamente às habilitações literárias, 55,16% dos trabalhadores tem o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 19,84% tem o 12.º ano de escolaridade, 16,27% tem licenciatura e 8,73% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

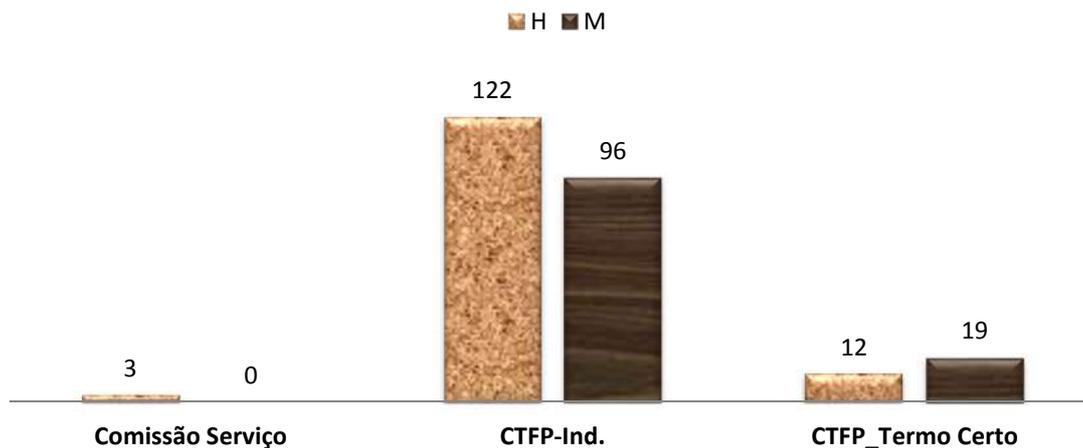
Quadro – LXI

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2012

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass. Operário	Bombeiros	Pessoal Apoio Educativo	Outros Grupos (b)	Total Geral	Total %
Comissão de serviço	H		3								3	1,19%
	M										0	
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	
CTFP por tempo indeterminado	H		0	13	3	16	90				122	86,51%
	M		0	23		24	49				96	
	T	0	0	36	3	40	139	0	0	0	218	
CTFP a termo resolutivo certo	H					0	12			0	12	12,30%
	M			3	0	2	14			0	19	
	T	0	0	3	0	2	26	0	0	0	31	
Total de efectivos	H	0	3	13	3	16	102	0	0	0	137	54,37%
	M	0	0	24	0	26	63	0	0	0	115	45,63%
	T	0	3	39	3	42	165	0	0	0	252	

- (a) Inclui pessoal de chefia
 (b) Inclui todos os outros grupos profissionais
 (c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços
 (d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico – XXII



Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

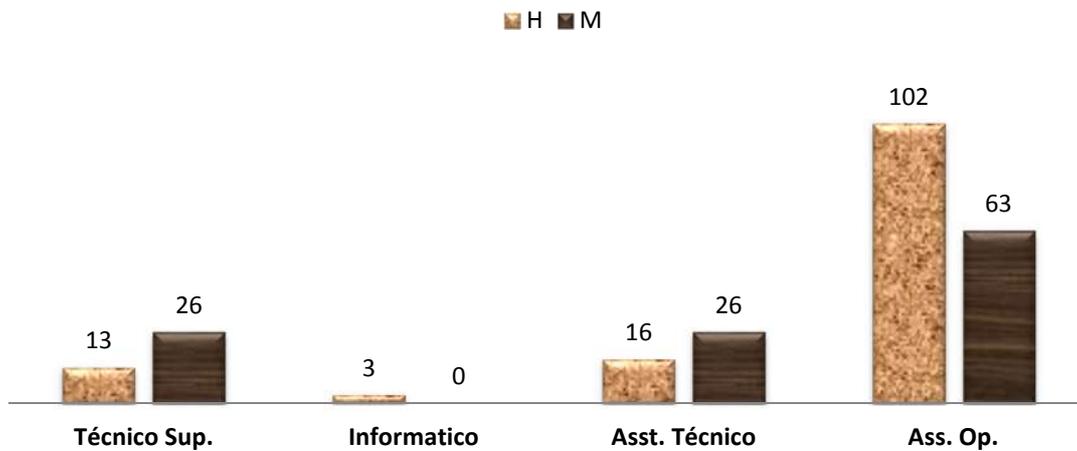
- Dos 252 funcionários do Município, 54,37% são do sexo masculino e 45,63% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 165 elementos (dos quais 38,18% são do sexo feminino e 61,82% do sexo masculino), que representam 65,48% do efetivo;

Quadro – LXII

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em
31-12-2012

Ag. Antiguidade	Sexo	Dig. Superior	Dirigente Intermediários	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass.Op.	Bombeiros	Polícia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
até 5 anos	H			6	1	4	25				36	
	M			9		1	30				40	
	T	0	0	15	1	5	55	0	0	0	76	30,16%
5 a 9	H			3		4	25				32	
	M			8		6	20				34	
	T	0	0	11	0	10	45	0	0	0	66	26,19%
10 a 14	H		1	1	2	3	30				37	
	M			2		12	9				23	
	T	0	1	3	2	15	39	0	0	0	60	23,81%
15 a 19	H		1			1	7				9	
	M			1		3	1				5	
	T	0	1	1	0	4	8	0	0	0	14	5,56%
20 a 24	H		1	3		1	8				13	
	M			2		2	3				7	
	T	0	1	5	0	3	11	0	0	0	20	7,94%
25 a 29	H					1	2				3	
	M					1					1	
	T	0	0	0	0	2	2	0	0	0	4	1,59%
30 a 34	H						5				5	
	M										0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,98%
35 a 39	H					1					1	
	M			1		1					2	
	T	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3	1,19%
40 ou mais anos	H					1					1	
	M			3							3	
	T	0	0	3	0	1	0	0	0	0	4	1,59%
Total de efectivos	H	0	3	13	3	16	102	0	0	0	137	54,37%
	M	0	0	26	0	26	63	0	0	0	115	45,63%
	T	0	3	39	3	34	165	0	0	0	252	

Gráfico – XXIII



Assim, pode-se concluir que, dos 252 funcionários com vínculo à Administração Local, 30,16% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 1,59% conta já com mais de 40 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Secção de Pessoal:

1. Admissões

- Organização, preparação e conclusão de todo o expediente relativo a dez procedimentos concursais, Contratação por Tempo Indeterminado, os quais iniciaram no ano anterior;
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do sector;
- Colaboração com os membros nos júris dos Procedimentos Concurais;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;
- Procedimentos concursais para admissão de AEC's – 5 lugares;
- Organização, preparação e conclusão no projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2012, de candidaturas relativas a programa Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);

- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2012, de candidaturas relativas ao Programa Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção).

2. Formação /Avaliação

- Em execução de despacho superior procedeu-se à inscrição de funcionários, agentes e trabalhadores, em ações de formação.

3. Cadastro e Remunerações

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, de aposentação, de acidentes em serviço e de doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, comparticipação na doença, acidentes em serviço, entre outros;
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;
- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;

- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no Sector.

4. Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como principal objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria. Atendendo à inexistência de Recursos Humanos para implementar e desenvolver esta área, foram adquiridos serviços a empresa especializada na área.

- No ano de 2012 ocorreram 7 acidentes de trabalho.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos, designadamente na preparação das reuniões da Câmara Municipal e Assembleia

Municipal, procedendo à elaboração das convocatórias e à organização da documentação respectiva, elaborando editais de modo a publicitar as reuniões, elaborando as folhas de presença e folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões, elaboração de toda a documentação necessária ao pagamento das senhas de presença dos membros eleitos.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 65 documentos, foram expedidos 109 ofícios e foram elaboradas 6 atas, resultantes das 6 reuniões realizadas no ano de 2012.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 20 reuniões realizadas no ano de 2012, das quais resultou a elaboração de 20 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para os respetivos serviços de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por conveniente e foram publicitadas nos lugares públicos, as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal. Foi ainda dado apoio administrativo aos membros eleitos dos órgãos autárquicos sempre que solicitado.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articular a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço; arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água; fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos serviços;

Procedeu-se à organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, nomeadamente, 63 processos de licenciamento de festas e divertimentos, 1 processo de licenciamento de queimadas (no decorrer do ano foi revogada a obrigação de licenciamento); 20 processos de carta de caçador (concessão, renovação e pedido de exame); 9 processos de ocupação da via pública com esplanadas; 29 processos de ocupação de via pública / publicidade; 17 processos de vendedor ambulante (concessão / renovação de cartões); 105 processos referentes ao serviço de cemitério (68 inumações, 8 trasladações, 4 embelezamentos de sepulturas, 13 processos de aquisição de sepultura e 12 diversos); 477 processos de

água (178 contratos de fornecimento de água, 163 denúncias de contrato, 46 ramais de água e esgoto e 90 processos diversos referentes ao abastecimento de água);

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, no âmbito da colaboração com o serviço de administração urbanística, 29 alvarás de licença de construção e 41 alvarás de licença de utilização;

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, de plantas de localização;

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4747 documentos de receita individual dos quais foram recebidos 4619, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço 256 documentos de receita coletivos;

Foram registados pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 10.236 documentos e foram expedidos 3.405 documentos;

Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 77 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores;

Foi dada colaboração ao gabinete de inserção profissional através do preenchimento da ficha de registo de comparência (apresentações quinzenais) dos beneficiários do subsídio de desemprego;

No decorrer de procedimentos concursais para admissão de pessoal, foi dado apoio à secção de pessoal, no preenchimento dos impressos dos interessados, tiragem de fotocópias de documentação necessária ao andamento do processo e ainda no registo e tramitação de toda a documentação;

Procedeu-se à elaboração de mapas, ordens de pagamento, guias de receita, e outros documentos necessários para a entrega de verbas de operações de tesouraria às entidades competentes, nomeadamente, dos descontos de funcionários e contribuições da entidade, à Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outras.

Foram emitidos e renovados Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, emissão de licenças de representação e envio mensal da respetiva informação à Inspeção-geral de Atividades Culturais;

Foram executadas as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias em articulação com os restantes serviços municipais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores:

1. Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;
- Com o objetivo de atingir uma crescente otimização das ferramentas da aplicação informática e procedimentos internos, com celeridade e diminuição de custos com o consumo de material de escritório, no processamento de faturas e respetivas autorizações de pagamento procedeu-se à reunião de vários documentos de forma a reduzir substancialmente a emissão de ordens de pagamento e ainda progrediu-se no sentido de se reunir despesas em ordens de pagamento coletivas, resultando num menor número de registos;
- Atualização e controlo dos processos de empréstimos a médio e longo prazo;
- No âmbito da prestação de informação, segundo o disposto no n.º3 do Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, remeteu à Direção Geral das Autarquias Locais, informação respeitante ao endividamento municipal, nos 30 dias subsequentes ao trimestre a que respeitam, através da aplicação informática disponibilizada para o efeito;
- Prestou informação, segundo o disposto do n.º1 no Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei da Finanças Locais, remetendo à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) as contas trimestrais e a conta anual, nos 30 dias subsequentes, respetivamente, ao período a que respeitam e à sua aprovação, tendo sido a informação remetida por ficheiro constante da aplicação informática definida e fornecida por esta entidade aos municípios;

-
-
- Deu resposta aos inquéritos das Despesas com o Pessoal – Informação trimestral prestada à DGAL e prevista no Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais;
 - Remeteu os mapas de “Despesas com o Pessoal” e “Pessoal ao Serviço” a Julho, mensalmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação prevista no n.º5 do Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, nos termos do disposto no n.º6 do Artigo 10.º da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho;
 - As contas da execução orçamental da receita e da despesa;
 - Endividamento líquido municipal.

A Contabilidade efetuou registos diários que podem ser traduzidos em número de documentos processados:

Documentos de Despesa	2012
Propostas de Cabimento	1753
Requisições Externas	1760
Faturas	2242
Movimento de Estorno	177
Ordens de Pagamento	3032
Ordens de Pagamento Tesouraria	295
Recibos	1
Reposições de Pagamentos	22
Documentos de Receita	2012
Guias de Receita	94
Guias de Faturas	427
Guias Individuais	4750
Documentos Coletivos	948
Guias de Recebimento	5130

Recebimento de Guias Coletivos	1332
Anulação de Receita	148
Estorno de Receita	2
Diversos	2012
Num. de Terceiro	4175
Movimentos Bancários	5226
Notas de Lançamento	10266
N. Pendentes WF	1
Caderneta Bancos	372
Afetação de Custos	41238
Pedidos Aut. Despesa	1

2. Patrimônio

Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Patrimônio.

Igualmente importante e também da competência anual do Patrimônio é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.

Foram inventariados, durante o ano de 2012:

- 3 Bens Imóveis de Domínio Privado; 50532, 50533, 50534
- 4 Bens Imóveis de Domínio Público; 60027, 60028, 60029, 60030
- 109 Bens Móveis;
- 0 Viatura;
- 10 Imobilizações incorpóreas;
- 9 Abates de Bens Imóveis;
- 12 Abates de Bens Móveis;
- 38 Valorizações.

3. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SECÇÃO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem:

- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 31 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 3 processos de Concurso público;
- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;

- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados.

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

- Requisições Internas - 6886
- Pedidos de Aquisição - 1355
- Notas de Encomenda - 1313
- Processos de Consulta - 32
- Pedidos de Fornecimento - 59

- Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;

- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;

- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para selecionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;

- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;

- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;

- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública:

CONTRATOS

- Empreitada - 3
- Fornecimento - 7
- Prestação de Serviços - 14

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Na Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, destacam-se os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED), Gabinete de Ação Social (GAS) e Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA).

GADE

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) tem como principal objetivo apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes. Assim, no ano de 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e munícipes com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor:
 - FAME – Fundo de Apoio às Micro Empresas do Concelho de Redondo;
 - QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional;
 - PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural;
 - Porta 65;
 - Programas ILE – Iniciativa Local de Emprego;
 - Linhas de Crédito PME Investe;
 - Microcrédito.
- Participação institucional na Feira de S. Francisco;
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos pelo Município:
 - Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase – (INALentejo);

- Parque Ambiental de Redondo (INAlentejo);
 - Quadros tecnológicos para o Ensino Básico (INAlentejo);
 - Requalificação Urbana da Aldeia da Serra D'Ossa – 2.ª fase (INAlentejo);
 - Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito (INAlentejo);
 - Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo (INAlentejo);
 - Requalificação da Zona Envolvente ao Campo de Futebol dos Foros da Fonte Seca (INAlentejo);
 - Requalificação da Circulação Pedonal das Aldeias de Montoito (INAlentejo);
 - Requalificação do Centro Histórico de Redondo (INAlentejo);
 - A Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural “Terras de Sol”;
 - Piscina Coberta – Solar Térmico;
 - Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase.
- Acompanhamento da execução financeira e gestão das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários:
- Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase;
 - Programa de Estágio na Administração Local (PEPAL) edição III (POPH);
 - Valorização e Qualificação Ambiental da Serra D'Ossa;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional;
 - Requalificação Urbana de Redondo;
 - Limpeza de linha de água e construção de pontão sobre a Ribeira da Arnalha;
 - Centro Escolar de Redondo;
 - Centro Escolar de Montoito;
 - Fórum de Eventos Promocionais – Coliseu de Redondo;
 - Arrelvamento e Beneficiação do Campo do Calvário;
 - Abastecimento de Água à Zona Específica das Vinhas;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.

SIGRED

O Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo (SIGRED) tem como função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Assim, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

- Atualização da Cartografia existente.
- Cadastro Rústico do Concelho de Redondo;
- Cadastro Urbano da Vila de Redondo.
 - Georreferenciação das habitações licenciadas na Câmara Municipal, no período de Janeiro a Dezembro;
 - Análises – Espaciais;
 - Foi disponibilizada, no site da Câmara, toda a informação acerca dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PDM e Pus do Concelho de Redondo) e Planos Especiais de Ordenamento do Território (POAV), nomeadamente a legislação e as respetivas plantas. Pretende-se assim colocar os Municípios informados em relação aos PMOT e PEOT e de outra legislação que seja de interesse municipal e colocar o SIGRED mais próximo da população explicando para que serve e que serviços poderá fornecer aos municípios.
 - Georreferenciação e atualização da base referente aos idosos que solicitaram o cartão do idoso. A georreferenciação faculta uma ideia da área com mais idosos a beneficiar do cartão do idoso.
 - Georreferenciação dos percursos escolares e paragens que a Câmara faz todos os dias para ir buscar as crianças que andam na Escola Primária de Redondo, com o apoio dos operários responsáveis por esse Serviço. A Base de dados poderá ser sempre alterada, consoante haja necessidade, esta, auxilia os operários, podendo sempre que se ache necessário a impressão de percursos, visualização e otimização dos mesmos.
 - Apoio ao Gabinete Técnico Florestal, em SIG;
 - Apoio à secção de urbanismo, no arquivo e movimentação de processos;
 - Georreferenciação de montes isolados consoante base de dados fornecida pela GNR e preenchimento da respetiva base de dados em SIG;
 - Atualização da Carta de Ocupação do Solo do Concelho de Redondo consoante informação fornecida pela CIMAC;
 - Realização de um guião destinados aos projetistas de obras para apoio à georreferenciação de projetos e entrega dos mesmos em formato digital;
 - Digitalização dos roteiros utilizados na leitura de contadores de águas da Aldeia do Freixo, Aldeias da Serra D'Ossa e Foros da Fonte Seca e emissão de plantas de apoio;
 - Georreferenciação das obras particulares referentes ao ano de 2008, 2006 e projetos que se enviam para o arquivo, preenchimento da respetiva base de

dados com a informação necessária para permitir, numa fase posterior, a interação com a tabela da Medidata.

- Confirmação e correção de coordenadas de vários equipamentos de desporto, administrativos e de turismo, e de diversos restaurantes, fornecida pela divisão de sócio cultural.
- Atualização da base de dados dos estabelecimentos de restauração e alojamentos turísticos;
- Criação de mapas temáticos com localização de vários pontos turísticos para apoio a projeto escolar;
- Correção da REN de acordo com as exigências pedidas pela DGOTDU;
- Acompanhamento dos projetos SIGREDES e SIGMA, tal como envio da cartografia e elementos necessários para o seguimento dos projetos;
- Envio da cartografia atualizada para a CIMAC de modo a ser disponível no site das Plantas de Localização e Enquadramentos em PDM;
- Apoio à equipa que estava a realizar o levantamento da rede de abastecimento e saneamento de águas, referente ao projeto SIGREDES, nomeadamente no acompanhamento do trabalho de campo, contactando sempre que necessário as pessoas responsáveis pela rede de abastecimento e saneamento e pelos diversos equipamentos da mesma;
- Georreferenciação dos diversos contadores de eletricidade pertencentes ao município e preenchimento da respetiva base de dados;
- Atualização dos pontos de amostragem de água para 2012, segundo dados fornecidos pelo Gabinete de Intervenção Ambiental;
- Realização de Plantas de localização, enquadramentos e demais informação do Município, seja ela em formato analógico ou digital.

- Foram fornecidas em formato analógico:

- 33 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 33 Enquadramentos em Carta Militar;
- 2 Levantamentos Topográficos;
- 31 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 5 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 1 Enquadramentos em PU;
- 0 Enquadramento em Planta Cadastral;
- 1 Outros Enquadramentos.

Somando um total de 106 plantas fornecidas

- Foram fornecidas em formato digital:

- Foi disponibilizado a Luís Miguel Silva, portador do Contribuinte n.º 232256012, estudante da universidade de Évora com o número de aluno 20330, o Levantamento Topográfico dos aglomerados rurais do Concelho de Redondo em formato DXF para auxílio no trabalho da disciplina de infraestruturas de Saneamento;

- Foi disponibilizado a Sérgio José Perdigão Valente, portador do Contribuinte n.º 204276195, o Levantamento topográfico dos aglomerados urbanos do Concelho de Redondo em formato DXF georreferenciado para apoio à georreferenciação de obras particulares, tal como pedido no RMUE;

- Foi disponibilizado à Empresa DST, Domingos da Silva Teixeira SA, portadora do Contribuinte n.º 501489126, as Cartas Militares e Ortofotomapas do Concelho de Redondo, Levantamentos Topográficos 10.000, 1.000 e 2.000, Rede EDP e PT, Cadastro Rústico e Rede Viária do Concelho de Redondo e a implantação dos Loteamentos para auxílio no traçado da rede de acesso prevista no projeto de redes de nova geração;

- Foi disponibilizado a Eugénio António Martins Neutel, portador do Contribuinte n.º 159933315, o Loteamento Quinta da Faia em formato DWG georreferenciado para auxílio na georreferenciação do lote n.º 15;

GAS

Os Serviços de Ação Social podem ser divididos em três áreas:

- A Ação Social Direta, através do Gabinete de Ação Social;
- A Ação Social Institucional, desenvolvida em trabalho de parceria com instituições de solidariedade social, com o Governo central ou com outras instituições de cariz social;
- A Ação Social Comunitária, através da concretização de projetos socioculturais, cuja intervenção se desenvolve no sentido de atenuar o isolamento e o sedentarismo, bem como minimizar situações de risco e exclusão social.

Tendo em conta o acima exposto, em 2011 a atividade do Gabinete de Ação Social desenvolveu-se como passamos a discriminar:

- Análise de candidaturas do Cartão Municipal do Idoso, num total de 509 (52 novos utentes e 457 renovações);

- 75 Sessões de atendimento aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso nas localidades limítrofes à sede de concelho;

- Apoio no Projeto de Voluntariado promovido pelos alunos/voluntários da Universidade Católica de Lisboa
- Intervenção psicológica e supervisão a professores, auxiliares de ação educativa e funcionárias das cantinas, de forma a colmatar as necessidades de âmbito psicopedagógico sentidas no contexto escolar;
- Execução de um Projeto de sensibilização “ Ser Pai...uma profissão...difícil” e apoio a encarregados de educação com vista a promoção de competências parentais quinzenalmente em Montoito e Aldeias de Montoito
- 9 Sessões do Projeto integrado em parceria com os Médicos do Mundo a fim de apoiar os idosos do concelho a nível de cuidados de saúde e apoio social;
- Posta em prática do Projeto de Terapias Assistidas por animais “ Íris”, com a totalidade das crianças acompanhadas;
- Divulgação ao nível da comunicação social do Projeto de Terapias Assistidas por animais “ Íris “, em rádios e jornais locais;
- Organização e Apresentação do Projeto Voluntariado de Afetos, junto da população idosa e alunos do Ensino Secundário;
- Organização dos processos referentes aos Voluntários inscritos no atual Banco de Voluntários de Redondo (28 processos);
- 1 Reunião com o Centro Social e Paroquial do Alandroal, com o intuito de perspetivar o funcionamento de uma Loja Social;
- Apoio e organização da vinda e estadia dos Missionários “Missão País 2012” (alunos da Universidade Católica de Lisboa)
- Realização de uma Tertúlia sobre os comportamentos de risco designadamente “Cantigas de Prevenção e Alguns Dizeres”, em parceria com o IDT e o Agrupamento Vertical de Redondo;
- Início dos trabalhos para a realização da 2ª Feira do Idoso, em 2012 (4 reuniões com os parceiros sociais);
- Início do Projeto “Voluntariado de Afetos” e respetiva apresentação nas localidades.
- 65 Atendimentos e visitas domiciliárias a habitações degradadas, e respetivo encaminhamento;
- Apoio psicológico a alunos do 1.º ciclo do ensino básico: 1232 consultas e 192 atendimentos a encarregados de educação;
- Intervenção/trabalho em parceria com os professores das crianças acompanhadas realizado semanalmente, no sentido de consolidar as evoluções verificadas nas mesmas e/ou minimizar as problemáticas previamente detetadas – 112 sessões;

- Apoio psicossocial aos familiares dos alunos do 1.º ciclo – 86 atendimentos e visitas domiciliárias;
- Representação do Município de Redondo em 12 reuniões de trabalho do Gabinete de Apoio à Família (SCMR);
- Representação do Município de Redondo em 3 reuniões da Equipa de Intervenção Precoce;
- Representação do Município de Redondo em 3 reuniões com a Equipa de Assessoria de Apoio aos Tribunais;
- Representação do Município de Redondo em 3 reuniões do Concelho Municipal de Educação;
- Representação do Município de Redondo em 28 reuniões do Rendimento Social de Inserção;
- Representação do Município de Redondo em 2 reuniões da Plataforma Territorial Supra Concelhia da Rede Social;
- 6 Reuniões do Núcleo Executivo da Rede Social;
- 3 Reuniões do Concelho Local de Ação Social.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2012;
- Monitorização da qualidade da água para consumo humano e águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
- Elaboração dos editais trimestrais da qualidade da água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para todos os agentes económicos, que os solicitem, os relatórios da qualidade da água necessário no âmbito da implementação do HACCP;
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas do Centro Alentejo;
- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos:
 - Recolha seletiva de 70,2t de vidro;
 - Recolha seletiva de 56t de papel/cartão;
 - Recolha seletiva de 19t de plástico/metal;
 - Recolha seletiva de 0,54t de óleos alimentares usados (Em Setembro procedeu-se à colocação de mais três oleões na via pública);

- Mistura de resíduos urbanos e equiparados - recolha de 3647,6t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Monstros não ferrosos - recolha de 41t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Mistura de embalagens - recolha de 2,08t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Papel e cartão - recolha de 4t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
 - Lamas de fossas sépticas - recolha de 3528t - devidamente encaminhadas para a ETAR de Redondo e que correspondeu à limpeza de 478 fossas sépticas;
 - Pneus - recolha de 10,29t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
 - Resíduos verdes - recolha de 129,6t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Componentes retirados de equipamentos fora de uso - recolha de 0,052t - devidamente encaminhadas para a empresa Biorecuperação Sistemas Ecológicos, Lda.;
 - Óleos usados - recolha de 0,712t - devidamente encaminhadas para a empresa Carmona SLTC, SA;
- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;
- Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;
- Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias.

SERVIÇO TÉCNICO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

É o serviço que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

- Elaboração de Projetos

Projeto da Pousada da Juventude de Redondo

Projeto de Alterações junto à Igreja Matriz de Redondo – Construção Anexa

Requalificação da Avenida Diniz Miranda – Redondo

Estudo Prévio de Canteiro junto ao Polidesportivo – Redondo

Intervenção no Ribeiro das Vinhas – Redondo

- Fiscalização das Seguintes Obras

Requalificação do Centro Histórico de Redondo

Loteamento da Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase

Requalificação da EM 534 Santa Suzana – Redondo

Sistema Solar Térmico para a Piscina Municipal Coberta

Construção da Casa Paroquial de Redondo

Casão para a Misericórdia junto à Biblioteca Municipal de Redondo

Casa na Rua do Castelo nº 40 – Redondo

Consolidação da Muralha do Castelo de Redondo – Porta da Ravessa

Zona de Lazer e Recreio do Bairro António Festas

Zona verde/lazer no Freixo (campo de futebol)

Zona verde/lazer no Rossio de Cima, em Montoito

Requalificação Urbana da Zona do Calvário – Redondo

Intervenção no Ribeiro das Vinhas – Redondo

Escoamento de águas Pluviais – Santa Suzana

Sector de Obras e Sector de Prestação de Serviços Urbanos

1. Apoio aos Municípes

- Programa Casa Caiada (18 idosos e municípes com necessidades);

- Melhorias Habitacionais (7 idosos e municípes com necessidades);

- Arranjo de coberturas (5 idosos e municípes com necessidades);

2. Apoio a Associações / Instituições

- Redondense Futebol Clube;
- Fábrica Paroquial de Redondo;
- Igreja da Piedade;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Santa Susana;
- Obra S. José Operário;
- Associação de Moradores das Falcoeiras;
- Casa do Povo do Freixo;
- Aldeenese Futebol club.

3. Obras

- Construção da Casa Paroquial de Redondo
- Remodelação dos Acessos ao Centro Escolar de Redondo
- Casão para a Misericórdia junto à Biblioteca Municipal de Redondo
- Zona de Lazer e Recreio do Bairro António Festas
- Intervenção no Ribeiro das Vinhas – Redondo
- Consolidação da Muralha do Castelo de Redondo – Porta da Ravessa
- Escoamento de águas Pluviais – Santa Suzana
- Ampliação do Cemitério de Redondo;
- Pavimentação da zona envolvente ao Campo de Futebol do Calvário;
- Habitações da Rua do Castelo;
- Criação de zona verde/lazer do Freixo;
- Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
- Zona verde/lazer do Rossio de Cima, em Montoito.

4. Arruamentos

- Arranjo de Sesmos e Caminhos Agrícolas – Colocação de Tout – Venant – Acesso à Herdade de Santa Teresinha, Herdade da Aroeira, Monte do Gordês, Estrada Real, Monte do Fidalgo, Monte dos Bispos, sesmos dos Piteiras, Vinhas, acesso à Herdade das Paredes, Courelas do Monte Branco, Santa Susana, Valdanta, zona da Arnalha, acesso à Herdade do Pedrão, zona do Zambujeirinho, acesso à Herdade da Brandoa, acesso à Herdade da Amoreira, zona da Amendoeira e acesso à Herdade da Navancha.
- Conservação de Estradas Municipais – Limpeza de Valetas e bermas;
- Pavimentação e Conservação de Ruas em Redondo.

- Trabalhos de Calçada: Rua Manuel da Fonseca, Av. Dinis Miranda, Rua D. Arnilda Eliezer Kamenesky, Rua 5 de Outubro, Rua da Faia, Rua de Montoito, Rua Maria Elisa da Silva Queimado, Rua de Olivença, Rua Padre Manuel Granja, Rua Cândido Reis, Rua Eça de Queiroz, Rua Almeida Garret, Rua Anastácio da Rosa, Praça da República, Rua 1.º de Dezembro, travessa do Falé;
- Requalificação da ER381, Aldeia da Serra, Bairro António Festas, Rua de S. João, Rua de S. Pedro e Rua Sacadura Cabral;
- Pavimentação de acesso a habitações em betaminoso – Foros da fonte Seca;
- Requalificação da Rua Bento Jesus Caraça em Aldeias de Montoito;
- Requalificação em Foros da Fonte Seca.

5. Infraestruturas

- Prolongamento e Conservação da Rede de Águas;
- Prolongamento e Conservação da Rede de Esgotos;
- Substituição de sarjetas por sumidores – Redondo;
- Abastecimento de água à zona das Vinhas;
- Abastecimento de água à zona das Courelas do Monte Branco;
- Abastecimento de água às Courelas do Zambujeiro e Zambujeirinho;
- Abastecimento de água ao monte junto à estrada de Santa Susana e a partir da EN254;
- Abastecimento de água à Zona de Valdanta.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Com competências gerais como o planeamento, a organização, a direção, a coordenação e o controlo de toda a atividade urbanística e habitacional do Município, este serviço desenvolve um significativo número de tarefas com o objetivo de dar resposta às exigências do concelho.

Serviço Administrativo

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos administrativos:

- Processos recebidos – Obras – 35;
- Comunicação de obras isentas – 4;
- Vistorias – 48;
- Ocupação de Via Pública – 8;

- Licenças de Obra – 39;
- Licenças de utilização – 44;
- Pedidos de Certidões – 47;
- Processos diversos – 108;
- Entrada de requerimentos – 592;
- Notificações – 612.

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm um grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Loteamentos:
 - Análise de projetos;
 - Fiscalização.
- Obras:
 - Análise de projetos;
 - Acompanhamento de obras;
 - Fiscalização;
 - Saneamento.
- Vistorias:
 - Queixas;
 - Edifícios degradados.
- Comissões:
 - Vistorias de receção de obras de urbanização;
 - Vistorias a estabelecimentos de hospedagem;
 - Vistorias para concessão de licença de utilização/habitação.

Fiscalização

No âmbito das suas competências, durante o ano de 2012, os fiscais municipais efetuaram o seguinte trabalho autárquico:

- Fiscalização de Ocupação de via pública;
- Fiscalização de Publicidade;
- Fiscalização a Estabelecimentos comerciais;
- Fiscalização de Obras Particulares;
- Fiscalização de Queixas e/ou Reclamações.

Num total de 128 fiscalizações.

DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

Tendo como objetivo primordial a gestão de equipamentos municipais, bem como o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e por consequente do Turismo, a Divisão Sociocultural constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo.

Nesta medida, as tarefas abrangidas assumem uma clara lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação: por um lado, exige-se o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público; por outro exige-se que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar a oferta sociocultural.

EDUCAÇÃO

A Autarquia tem assumido um papel interventivo nas áreas do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e reforçado o diálogo entre docentes/agrupamento de escolas/encarregados de educação/autarquia, para que, através de um trabalho conjunto, possam ser encontradas e geridas as intervenções prioritárias ao melhoramento das condições de trabalho, bem como dos equipamentos existentes.

Foi objetivo desta Autarquia, desempenhar as funções de responsabilidade do Município em matéria de ação social, transportes escolares e outras modalidades de assistência e proporcionar à população escolar um convívio salutar entre todos os estabelecimentos de ensino traduzido na organização de datas festivas como Carnaval, Dia Mundial da Criança e no apoio a projetos na área da Educação de interesse a todas as crianças inseridas no ensino pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Nesse sentido, e no ano em causa, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Ação Social Escolar

Exercendo mais que as suas competências em matéria de ação social escolar (estipuladas nos termos da alínea d) do ponto 3 do art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), e visando promoção da igualdade de oportunidades, a Câmara Municipal procedeu à oferta dos manuais escolares a todos os alunos das Escolas Básicas do 1.º ciclo (EB1).

Assim, no ano letivo de 2011/2012, especificamente para os alunos das EB1, foram atribuídos um total de 152 subsídios, ascendendo a um montante de 11.406.16€, dos quais 84 tinham o montante unitário de 65€ e 68 o valor de 55€. Cumulativamente, foi concedida a gratuidade da refeição diária às 82 crianças e 50% do preço da refeição às 68 crianças abrangidas com o 2.º escalão.

A todas as crianças que frequentam os Jardins de Infância do concelho é concedida a gratuidade das refeições diárias assim como a frequência gratuita do prolongamento de horário (15h30 às 17h30).

No ano letivo 2011/2012 e também em todos os estabelecimentos de ensino Pré-escolar e 1.º ciclo do Concelho de Redondo foi fornecido diariamente, e a título gratuito, um Suplemento Alimentar a todas as crianças.

2. Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino:

- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios;
- Aquisição de material de desgaste para os Jardins de Infância;
- Aquisição de livros no âmbito do Plano Nacional de Leitura;
- Aquisição de Manuais Escolares para os alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de manuais de Inglês para os alunos de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos – Protocolo com o Agrupamento Vertical de Redondo.

3. Apoio complementar à aprendizagem dos conteúdos e à realização de atividades extracurriculares

Pedagogicamente adequadas e complementares das aprendizagens ministradas no contexto letivo, as atividades extracurriculares têm por objetivo promover quer o

desenvolvimento quer o sucesso escolar, permitindo ainda a organização dos horários de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino, adaptando-as às necessidades das famílias.

As atividades decorrem nas próprias escolas ou em instalações municipais, dependendo da atividade.

Desta forma realizam-se as seguintes atividades:

- Aulas de Inglês;
- Aulas de Expressão Musical;
- Aulas de Expressão Dramática e Plástica;
- Animação da Leitura;
- Aulas de Expressão Físico – Motora.

De referir que, para a concretização de algumas das atividades transcritas, a autarquia, à semelhança de anos anteriores, estabeleceu protocolos com a Direção Regional de Educação do Alentejo.

Ainda no âmbito do apoio complementar a edilidade fornece apoio psicológico às crianças do 1.º ciclo.

4. Atividades Recreativas

No quadro das atividades recreativas e educativas organizadas em 2011, realce para:

- Carnaval das Escolas;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Encerramento das Atividades Letivas;
- Festa de Natal das Escolas;
- “Às Voltas com a Ciência no Redondo” em parceria com a Universidade de Aveiro.

No que diz respeito ao ensino básico e secundário, e a título de exemplo, entre outras foram apoiadas as seguintes atividades:

- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

5. Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto “Férias Desportivas”, um programa de animação, ocupação de tempos livres e promoção do desporto, a iniciativa regressou com novas atividades destinadas aos jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade, residentes e estudantes no Concelho de Redondo.

Permitindo um salutar convívio entre os participantes, aliado à prática de exercício físico e à descoberta do património (natural, arquitetónico e arqueológico), este projeto decorreu durante as interrupções letivas da Páscoa e Verão, abrangendo cerca de 150 crianças.

6. Transportes Escolares

O transporte escolar concedido aos alunos do 1.º Ciclo cumpre os procedimentos definidos na lei.

A autarquia de Redondo transporta, diariamente, para os diversos estabelecimentos de ensino 98 crianças.

Além dos transportes atrás referidos foram também concedidos transportes para visitas de estudo bem como para as atividades de enriquecimento curricular.

7. Planeamento Escolar

Continuação da realização de intervenções no sentido de melhorar eficazmente as condições físicas e ambientais da prática do ensino, assim, e no âmbito da política municipal de educação.

8. Conselho Municipal de Educação

Ao longo do ano de 2012, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 3 reuniões, nas seguintes datas: 16/02, 16/07 e 29/11.

DESPORTO

Estamos convictos de que as autarquias devem construir modelos abertos de desenvolvimento que, de forma personalizada, se dirijam aos diferentes grupos etários da população. Baseada nestes pressupostos a Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À Câmara Municipal interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

1. Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica;
- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

2. Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- Férias Jovens e Páscoa Desportiva – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens, acampamento e ações de sensibilização.

3. Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aula de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EB1, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde;
- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

4. Associativismo Desportivo

Nos últimos anos, tem-se verificado um grande desenvolvimento do Desporto no Concelho de Redondo. Neste sentido tem-se apostado grandemente na criação de infraestruturas, bem como na sua promoção.

Este investimento verifica-se também no apoio às coletividades que desenvolvem o seu trabalho neste âmbito.

No ano de 2012, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 111.317,42€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio às Escolas/Escolinhas do Núcleo de Andebol de Redondo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, em todos os jogos de todos os escalões e transporte para os treinos das camadas jovens do Redondense Futebol Clube, do Núcleo de Andebol de Redondo e do Montoito Sport Clube.

5. Organização de eventos Desportivos

Neste domínio destacam-se:

- Torneio Concelhio de Sueca;
- Torneio Concelhio de Malha;
- Participação na Festa da Malha;
- Torneio de Futsal – 25 de Abril;
- 12 Horas a Nadar;
- Jogos de água.

6. Instalações Desportivas Municipais

A autarquia coloca à disposição de todos um conjunto de instalações municipais, que podem ser utilizadas formal ou informalmente.

- 1) Piscina Coberta;
- 2) Pavilhão Gimnodesportivo;
- 3) Mini Circuito Rodoviário;
- 4) Polidesportivo;
- 5) Piscina Descoberta;
- 6) Pavilhão Polivalente de Montoito (em articulação com a Junta de Freguesia de Montoito);
- 7) Parque Ambiental de Redondo.

CULTURA

De há vários anos a esta parte o executivo da Câmara Municipal assumiu a cultura como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento do concelho. Desde então, a autarquia recusa a cultura como um somatório de atos isolados mas, antes, como uma potencialidade articulada com toda a envolvente sócio-económica, de modo a ser um instrumento de planeamento sustentável ao serviço dos cidadãos e agentes económicos.

Em 2012 continua a verificar-se que a estratégia continua a ser a mais correta.

1. Programação Mensal

A programação cultural assenta fundamentalmente na regularidade, ecletismo, promoção da cultural regional e formação de públicos. No decorrer do ano de 2012, a programação apresentou um vasto conjunto de eventos culturais que dinamizaram os espaços municipais e salas de coletividades do concelho (onde se organizaram as Comemorações do 25 de Abril e espetáculos ao abrigo de protocolo com o CENDREV).

Procurou-se diversificar os tipos de espetáculos, de acordo com as permissões técnicas, as características de cada equipamento e as preferências do público-alvo.

Nos espetáculos apresentados pela autarquia, no âmbito da programação mensal planeada, e passíveis de registo de entrada nos equipamentos culturais (Auditório do Centro Cultural de Redondo, Enoteca e Coliseu de Redondo), verificou-se a assiduidade de 7161 espectadores.

2. Cedências de Espaços

Os espaços culturais municipais não foram somente palco dos espetáculos realizados ao abrigo da programação cultural da autarquia. Pelo contrário, estes também foram cedidos (a título gratuito) a diversas entidades, com destino à realização de diversificadas atividades, como por exemplo ações de formação, colóquios, festas de natal, espetáculos musicais e dança.

3. Outras Atividades de Animação

Neste âmbito salienta-se:

- Comemoração do dia de Reis;

- Organização do Carnaval – quer do carnaval das escolas quer dos cursos realizados durante a época carnavalesca;
- Iniciativa multicultural Saberes e Sabores de outras Gentes, com a participação das comunidades de imigrantes residentes no concelho;
- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 38.º aniversário do 25 de Abril – onde pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Organização da XXV Feira do Livro;
- Organização da 2.ª Feira do Livro de Natal;
- Organização da 8ª Feira do Livro de Montoito;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Preparação, organização e divulgação do Prémio Literário Dr. Hernâni Cidade;
- Organização das Festas Populares de Agosto;
- Rede Cultural do Alentejo – TEIAS;
- Dia Mundial da Criança;
- Dia Mundial da Saúde;
- Dia Mundial da Floresta;
- Feira de S. Francisco;
- Dia do Idoso;
- Comemorações do 1º de Dezembro.

4. Associativismo Cultural

Ao longo do ano de 2012 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de comparticipações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de comparticipações financeiras, num total de 69.159,97€.

De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

5. Exposições

Durante o ano de 2012 foram realizadas várias exposições, entre as quais:

- Exposição de Artes Decorativas “Lenços dos Namorados e objetos relacionados”;
- Exposição multicultural “ Saberes e Sabores de Outras Gentes”;

- Exposição “ Revolução de Abril;
- Exposição de Fotografia “Síria”;
- Exposição Comemorativa do Centenário de Alves Redol;
- Exposição de Pintura “Corpo do Conflito”.

Salienta-se ainda que todas as exposições tiveram entradas gratuitas pelo que o total de visitantes não pode ser contabilizado.

6. Apoio à Terceira Idade

Estando em organigrama e respetivo regulamento que o apoio à terceira idade é uma competência do Gabinete de Ação Social, no que concerne à animação bem como ocupação dos tempos livres e à Divisão Sócio – Cultural que cabe essa tarefa. Neste sentido, e para além dos programas já referidos na parte do desporto, foram realizados, através do Projeto Dinâmica Sénior, os seguintes apoios:

- Excursões de Reformados e pensionistas do Concelho;
- Almoço de Natal para reformados;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Comemoração do dia dos Compadres e das Comadres;
- Participação no Corso Carnavalesco;
- Cinemateca Sénior;
- Marchas Populares;
- Realização de sessões de teatro com a participação dos reformados que integram o Projeto Dinâmica Sénior;
- Baile da Pinha.

7. Museologia

- Realização das exposições temporárias “*Memórias*” do pintor José Grazina e “*Vinum Vita Est! O vinho da Antiguidade nas abas da Serra D’Ossa*”;
- Concretização do projecto educativo dos Museus junto das escolas do 1.º ciclo e do Jardim – de – Infância do concelho;
- Atividades lúdico–pedagógica nos Museus;
- Comemoração da Noite de Reis, do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), e do Dia São Martinho.;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior e com o Centro Lúdico de Redondo.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Criadas que estão as principais infraestruturas, como Auditórios, Museus e Bibliotecas que, na emergente sociedade de informação, desempenham um papel primordial no acesso aos novos produtos informativos e culturais, por parte dos vários sectores da população, o trabalho da Câmara Municipal de Redondo continua a centrar-se na dinamização da atividade cultural.

1. Centro Cultural de Redondo

A regularidade e a qualidade sempre imprimidas nas opções de programação continuam a fazer do CCR um equipamento de referência regional. A este respeito, são indubitáveis as pontes de diálogo que se estabeleceram ao longo dos anos entre as artes e a comunidade. A sua intensa e regular actividade tem-no afirmado como um importante polo dinamizador de cultura, seja ao nível da apresentação das artes performativas, seja no plano da promoção de actividades de natureza pedagógicas.

A título de exemplo:

- 42 Sessões de cinema;
- 6 Sessões de Matiné Infantil (entradas gratuitas);
- 12 Sessões de Cinemateca Sénior (entradas gratuitas);
- 3 Espetáculos de Teatro;
- 1 Espetáculos de Dança;
- 8 Espetáculos de Música;
- 3 Conferências/Seminários/Formação.

Em paralelo com as atividades/ espetáculos apresentados, convém frisar que o Centro Cultural de Redondo integra o projeto TEIAS - Rede Cultural do Alentejo pretendendo implementar medidas e ações que possibilitem a formação de públicos e a aproximação dos cidadãos aos equipamentos culturais. Este projecto, iniciou-se em 2011, prevê o envolvimento de diferentes parceiros na criação de um programa de serviço educativo, fora do contexto escolar, dirigido ao público infante-juvenil e de um circuito de atividades promovidas pelos agentes culturais da região - Itinerâncias - dirigidas ao público em geral.

No que respeita ao ano de 2012 o CCR apresentou diversas atividades inseridas na linha de programação de serviço educativo e itinerâncias, a saber:

- 15 Oficinas/ateliê nas seguintes áreas: Artes Performativas, Artes Plásticas/Visuais e Música.
- 10 Espetáculos de Teatro
- 3 Espetáculos de Dança
- 5 Espetáculos de Música

Para além dos eventos mencionados, foi também no Foyer do CCR que se realizaram algumas das Exposições anteriormente referidas.

2. Museu Regional do Vinho

Durante o ano de 2012, além da exposição permanente realizaram-se duas exposições temporárias. Consta-se que a assiduidade de visitantes a estas exposições foi bastante regular ao longo do ano, tendo-se registado 4 997 visitas.

3. Museu do Barro

O espaço de divulgação da olaria de Redondo registou, em 2012, 5 481 visitas.

4. Ecomuseu

O Ecomuseu é um museu “a céu aberto” que pretende sensibilizar a população para os valores naturais e culturais do concelho e da região, contribuindo desta forma para a sua conversação e promoção.

No decorrer do ano de 2012 foram realizadas as seguintes ações:

- Comemoração do Dia da Árvore – mostra e degustação (chá) de plantas aromáticas e plantação de espécies arbustivas;
- Passeio pedestre Trilhos da Memória e da Paisagem “ Verdes são os campos...entre a planície e a serra”;
- Passeio pedestre Trilhos da Memória e da Paisagem “ Fontes de Vida: a água da serra d’Ossa e o abastecimento à vila”;
- Passeio pedestre Trilhos da Memória e da Paisagem “ Pelos Barreiros de Redondo”;
- “O Ecomuseu vai à escola”. Projeto de Educação Ambiental nas escolas de Redondo. Concebido com a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional dos alunos do 1º e 2º ciclo e, simultaneamente promover a técnica da compostagem. As atividades propostas para os alunos do 3º ciclo incidiram, sobretudo, em conhecer a dinâmica do fogo, as principais causas dos incêndios florestais, as ferramentas e meios existentes no concelho a Defesa da Floresta Contra Incêndios e algumas formas de prevenir os incêndios florestais.

5. Arquivo Municipal

- Continuação da classificação e procedimentos com vista à organização, conservação, avaliação, seleção e disponibilização da documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Redondo e ou a sua custódia;
- Promoveu-se o desenvolvimento de investigação relativa ao Concelho;
- Organização e execução da exposição “O Foral de D. Manuel”, com visitas guiadas para as escolas do 1º ciclo e público em geral, no âmbito do Dia internacional dos Arquivos;
- Colaboração na base de dados FUNDIS, projecto da Universidade de Évora.

6. Biblioteca Municipal de Redondo, Biblioteca Municipal de Redondo – Pólo de Montoito e Biblioteca Itinerante

Atividades realizadas durante o ano de 2012:

- Programas de incentivo à leitura;
- Organização de exposições;
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, jogos, CD’s e DVD’s;
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia Mundial da Poesia, Semana da Leitura, Dia Mundial do Livro, Dia da Musica;
- Animação da Biblioteca na Piscina Municipal Descoberta. “Ler, Jogar e Brincar em Tempo de Férias”;
- Sábados animados. Atelier de origami e Atelier de Histórias;
- Serões de Contos à Lareira;
- Projeto “Ler em qualquer Lugar”, colocação de obras literárias para empréstimo domiciliário no Café Concerto do Centro Cultural de Redondo;
- Projeto “Fontes Literárias” – colocação de livros/caixas com excertos de várias obras literárias da biblioteca em cafés e outros locais abertos ao público;
- Projeto “Arca das Letras” colocação de caixas com livros nas salas do pré-escolar do Centro Infantil Nossa Sra. da Saúde;
- Autor do Mês ;
- Passeio literário;
- Feiras do livro;
- Apresentação de obras literárias;
- Preparação do concurso Literário Dr. Hernâni.

A biblioteca itinerante assegurou animação da leitura e demais ateliers de expressões em todas povoações do Concelho (com exceção de Redondo), possibilitando a consulta e requisições de livros, jogos, CD's e DVD's.

7. Centro Lúdico de Redondo e Centro Lúdico de Montoito

Neste domínio, destacam-se a organização de um conjunto de atividades, a saber:

Neste domínio, destacam-se a organização de um conjunto de atividades, a saber:

- Ateliers de Expressão Plástica, corporal e musical;
- Sessões de contos;
- Realização de Jogos Educativos;
- Comemoração de dias temáticos;
- Exibição de filmes infanto-juvenis em DVD;
- Organização de Exposições;
- Preparação de atividades para as escolas e Jardins de Infância;
- Participação nas festas de Natal dos Jardins de Infância;
- Animação da leitura;
- Diversas peças de teatro, integradas no Projeto “Era uma vez...”;
- Ocupação de tempos livres no tempo de férias, (Natal, Páscoa e Verão) das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, com iniciativas lúdico-pedagógicas;
- Participação em diversas atividades organizadas pela Divisão Socio Cultural (ateliers no Centro Cultural, ações desenvolvidas pelos Museus, Projeto Dinâmica Sénior);
- Participação no Corso carnavalesco e no Carnaval das Escolas;
- Visitas educativas;
- Organização da Festa de Halloween;
- Participação nas comemorações do Dia da Criança.

8. Cine Teatro Municipal

- Ensaios dos grupos de música da Associação de Músicos de Redondo – Fénix.

9. Enoteca

Além da sua atividade normal, em 2012 a Enoteca continuou a contar com um programa de animação cultural.

- Noite de Reis;
- Sessões de Fados;

- Degustação de cozinha internacional, no âmbito da iniciativa multicultural Saberes e Sabores;
- Encontro de Poetas Populares.

10. Coliseu de Redondo

Neste equipamento tiveram lugar 5 espetáculos, 2 organizados pela autarquia e 3 corridas de touros organizadas pela Associação Tauromáquica Redondense (associação sem fins lucrativos que detém a gestão taurina do equipamento).

FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes a considerar neste ponto.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.